



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

REUNIÃO
DO CONSELHO POLÍTICO DA
AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

7 de dezembro de 2022

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 07.12.2022

1. ANÁLISE DE CONJUNTURA PÓS-ELEIÇÕES. A CENTRALIDADE DO SISTEMA DA DÍVIDA, QUE EXIGE CONTÍNUAS PRIVATIZAÇÕES, CORTES E TETO DE GASTOS, CONTRARREFORMAS E RESPONSABILIDADE DO BANCO CENTRAL NO APROFUNDAMENTO DA CRISE. PRESSÃO SOBRE O GOVERNO ELEITO.

Ver notícia <https://bit.ly/3tj4qWZ> . Informes sobre a atuação da ACD. Envio do documento “Pautas urgentes a serem enfrentadas por candidatos(as) eleitos(as)” <https://bit.ly/3WMBjZs> . ATAQUE À ACD: “mágica”? <https://bit.ly/3VTbvtj>
CARTA ABERTA ao Presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva, ao Congresso Nacional e à sociedade <https://bit.ly/3h7eCP>

2. CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL – PLP 104/2022

- Informes
- Site da campanha: <https://bit.ly/3G87DQA> .
- Avanços: Nossa proposta legislativa foi aprovada na CLP da Câmara dos Deputados (<https://bit.ly/3fRM8Jm>), e transformada em projeto de lei complementar PLP 104/2022, que se encontra na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados.
- Mobilização:
 - Carta aos membros da CFT pela aprovação do PLP 104/2022 pode ser enviada com apenas 1 clique: <https://bit.ly/3ElmpCh> .
 - Divulgação da enquete oficial da Câmara dos Deputados para que possam declarar seu apoio ao PLP 104/2022. <https://bit.ly/3T1wauE> .
 - Participação das entidades apoiadoras na produção de vídeos curtos referentes aos diversos setores afetados pelos juros altos.
- Materiais da campanha <https://bit.ly/3G9IGEC> .
- Entidades que já estão apoiando a campanha <https://bit.ly/3A6Q2Vo> e deliberação sobre apoio financeiro para viabilizar a contratação de profissionais de comunicação.
- Debate sobre novas sugestões e encaminhamentos para avançar a mobilização.

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 07.12.2022

3. ESQUEMA DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS PÚBLICOS e DÍVIDA DOS ESTADOS

- Notas Técnicas preparadas pela ACD em apoio às lutas nos Estados de MG <https://bit.ly/3ptz65Q> e RJ <https://bit.ly/3QTokBv>
- Importante mobilização do Núcleo RS: A conta está paga <https://bit.ly/3K2quMQ>.
- Avanços do Núcleo-SP na investigação de documentos da CPSEC S/A
- Atuação da ALAGOAS ATIVOS S/A em conjunto com a AL-PREVIDÊNCIA na privatização e utilização de 304 escolas estaduais como fundo garantidor de operações.

4. CURSO SOBRE O SISTEMA DA DÍVIDA, COM FOCO NA DÍVIDA DOS ESTADOS

Nova turma: Inscrições abertas de 21/11/2022 a 09/01/2023 e início das aulas em 16/01/2023. Pedimos apoio para divulgação e patrocínio de filiados. Mais informações: <https://auditoriacidade.org.br/cursos/>

5. DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA - Doações podem ser feitas via PIX 12537204000145 ou PagSeguro <https://auditoriacidade.org.br/doacao/>

6. APOIO AOS ESTUDOS DO OBSERVATÓRIO DE FINANÇAS E ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA PADRE THIERRY LINARD, VINCULADO À COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ (ORGANISMO DA CNBB): Participação em grupos de pesquisa.

7. PEC 32/2022 – Aprovada ontem, 06/12/2022 na CCJ . Breve análise

1 - ANÁLISE DE CONJUNTURA PÓS-ELEIÇÕES.

- ✓ A CENTRALIDADE DO SISTEMA DA DÍVIDA, QUE EXIGE CONTÍNUAS PRIVATIZAÇÕES, CORTES E TETO DE GASTOS, CONTRARREFORMAS.
 - ✓ RESPONSABILIDADE DO BANCO CENTRAL NO APROFUNDAMENTO DA CRISE.
 - ✓ PRESSÕES SOBRE O GOVERNO ELEITO.
-
- Ver notícia <https://bit.ly/3tj4qWZ> .
 - Informes sobre a atuação da ACD.
 - Envio do documento “Pautas urgentes a serem enfrentadas por candidatos(as) eleitos(as)” <https://bit.ly/3WMBjZs> .
 - ATAQUE À ACD: “mágica”? <https://bit.ly/3VTbvtj>
 - CARTA ABERTA ao Presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva, ao Congresso Nacional e à sociedade <https://bit.ly/3h7eCPS>

LIVE



Eleições 2022:

Live exclusiva para
candidatos(as) que
responderam o
Questionário
elaborado pela ACD



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

ANEXO À CARTA ABERTA AOS PARTIDOS POLÍTICOS ELEIÇÕES 2022

Questionário a ser respondido por todos(as) os(as)
pré-candidatos(as) e/ou candidatos(as) aos diversos cargos
eletivos que serão disputados nas eleições-2022

DADOS DO(A)
PRÉ-CANDIDATO(A) e/ou CANDIDATO(A)

Nome:

26
setembro
19h

ASSISTA AO VIVO EM:



facebook.com/auditoriacidadada.pagina



youtube.com/auditoriacidadadadividida



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

ELEIÇÕES 2022



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

CARTA ABERTA DIRIGIDA A TODOS OS PARTIDOS POLÍTICOS

ELEIÇÕES
2022

Prezados(as) presidentes(as) de Partidos Políticos,

A Auditoria Cidadã da Dívida é uma associação sem fins lucrativos, que conta com o apoio e colaboração de importantes entidades da sociedade civil e cidadãos(ãs) voluntários(as) que atuam pelo cumprimento da Constituição Federal, no que diz respeito à realização da auditoria da dívida (art. 26 do ADCT da CF de 1988), tendo em vista que a dívida pública tem sido um dos principais empecilhos ao desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Nas eleições deste ano, a população irá se manifestar para eleger representantes para ocupar a Presidência da República, o Governo dos Estados e Distrito Federal, além do Senado, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas estaduais.

Durante a campanha, candidatos fazem diversas propostas, porém, poucos abordam a questão do orçamento público, o problema do endividamento público, e de onde obteriam os recursos para cumprir as promessas que fazem.

Nesse sentido, pedimos a V. Sa. que encaminhe a esta carta a todos os pré-candidatos e/ou candidatos definidos por seu partido, pleiteantes aos diversos cargos que serão disputados nas Eleições 2022, para que possam se posicionar em relação às questões indicadas no Anexo à pre-

<https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/carta-aberta-dirigida-a-todos-os-partidos-politicos-com-questionario/>

Candidatos(as) precisam se manifestar sobre os principais eixos que sustentam o modelo econômico

Série de artigos:



06 DE JUNHO, 2022

Extra Classe: "Brasil: eleições e modelo econômico", por Maria Lucia Fattorelli

<https://www.extraclasse.org.br/opiniao/colunistas/2022/06/brasil-eleicoes-e-modelo-economico/>

<https://www.extraclasse.org.br/opiniao/colunistas/2022/06/eleicoes-e-modelo-tributario-injusto-e-regressivo/>

<https://www.extraclasse.org.br/ultimas-noticias/2022/07/eleicoes-e-politica-monetaria-suicida/>

<https://www.extraclasse.org.br/opiniao/2022/08/eleicoes-2022-e-o-sistema-da-divida/>



PAUTAS URGENTES A SEREM ENFRENTADAS POR VITORIOSOS(AS) NAS ELEIÇÕES DE 2 DE OUTUBRO DE 2022

Brasília, 3 de outubro de 2022

Prezados(as) presidentes(as) de Partidos Políticos,

Dando continuidade ao nosso papel cidadão, após envio de Carta Aberta e Questionário a todos os partidos políticos (<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/carta-aberta-dirigida-a-todos-os-partidos-politicos-com-questionario/>), publicação de todos os questionários recebidos e realização de live exclusiva com candidatos(as) que responderam, dirigimo-nos novamente a todos os partidos políticos para apresentar lista de **PAUTAS URGENTES A SEREM ENFRENTADAS POR VITORIOSOS(AS) NAS ELEIÇÕES DE 2 DE OUTUBRO DE 2022.**

Após o 1º Turno das ELEIÇÕES 2022

LIVE

ACD documenta pautas urgentes a serem enfrentadas por vitoriosos(as) nas eleições de 2 de outubro



MARIA LUCIA
FATTORELLI

Coordenadora
Nacional da
Auditoria
Cidadã da Dívida



03
outubro
19h

ASSISTA AO VIVO EM:



facebook.com/auditoriacidada.pagina



youtube.com/auditoriacidadadadivida



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/carta-aberta-dirigida-a-todos-os-partidos-politicos-com-questionario/>

CARTA ABERTA

**AO PRESIDENTE ELEITO
LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA,
AO CONGRESSO NACIONAL
E À SOCIEDADE**



**AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**

**Proposta para
deliberação:**

**ENTREGAR
HOJE NO
CCBB**

Quem poderá ir?

Crise Fabricada pelo Banco Central

POR QUE EMPURRAR O PAÍS PARA UMA RECESSÃO AINDA MAIS GRAVE DO QUE A QUE JÁ TEMOS VIVIDO DESDE 2015?



“Você tem que colocar o país em recessão para recuperar a credibilidade”, diz Campos Neto

QUAIS SÃO AS CONSEQUÊNCIAS DESSE MOVIMENTO DO BC DE ELEVAR JUROS?



LIVE Banco Central erra de novo? O que está por trás dessa decisão desastrosa?



15 agosto 19h

ASSISTA AO VIVO EM:

facebook.com/auditoriacidadadadivida
 youtube.com/auditoriacidadadadivida



LIVE

“Você tem que colocar o país em recessão para recuperar a credibilidade”, diz Campos Neto

Publicado em 16/12/2021 - 13:39 | Vicente Nunes | Economia

Por que o presidente do Banco Central diz isso



MARIA LUCIA FATTORELLI
Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida



RODRIGO VIEIRA DE ÁVILA
Economista da Auditoria Cidadã da Dívida

14 novembro 19h

ASSISTA AO VIVO EM:

facebook.com/auditoriacidadadadivida
 youtube.com/auditoriacidadadadivida



<https://bit.ly/3Fvd6jG> e <https://bit.ly/3F6W9Lh>

FARRA DOS JUROS ALTOS: BANCO CENTRAL ENTERRA A ECONOMIA BRASILEIRA E SACRIFICA AS PESSOAS

CONJUNTURA

BC leva Selic a 13,75% e anuncia nova alta

Taxa básica de juros deve chegar a 14% em setembro. Copom manifesta preocupação com crescimento de despesas

AS REUNIÕES SECRETAS TRIMESTRAIS DO BANCO CENTRAL COM BANQUEIROS

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

COM A INFLAÇÃO E OS JUROS NAS ALTURAS...

4 em cada 10 famílias brasileiras não conseguiram pagar todas as contas entre abril e junho

86% das famílias ouvidas pela pesquisa Consumer Pulse pretendem mudar o que e quanto compram por causa da inflação.

#LimiteDosJurosJá

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://bit.ly/3FxyS6E>

Dívida das famílias bate recorde: 78%

Pesquisa da CNC mostra que, após três meses em queda, a inadimplência volta aos lares brasileiros, atingindo os maiores índices desde o início da pesquisa, em 2010. Além do endividamento, 29% estão com as contas atrasadas, em relação ao mês anterior. PÁGINA 7

<https://bit.ly/3F0eF7W>

Economia

8 x Cereja Brasileira — Brasília, sábado, 10 de abril de 2022

Bolsas	Pontuação B3	Salário mínimo	Dólar	Euro	Capital de giro	CDS
IBOV	118.782	R\$ 1.212	R\$ 4,696	R\$ 5,084	6,76%	12,03%

CONJUNTURA

Brasil caminha para ser paraíso de rentistas

Por causa das estimativas de que a inflação continuará subindo — e com a Selic escalando patamares de dois dígitos — de tentar segurá-la —, os investimentos em renda fixa tornam-se novamente atraentes para quem busca lucratividade

ROSIANA HESSEL

N o atual cenário de inflação em alta, a renda fixa é a opção mais segura para quem busca preservar o patrimônio. Além disso, a Selic está em 13,75%, o que torna a renda fixa ainda mais atrativa. Segundo a pesquisa da CNC, 29% das famílias estão com as contas atrasadas, o que indica que a inflação está afetando o poder de compra das pessoas.

BANCO CENTRAL ENTERRANDO A ECONOMIA BRASILEIRA

BANCO CENTRAL GERA GASTO ANUAL DE

R\$ 34,9 BILHÕES

A CADA AUMENTO DE 1% DA TAXA SELIC

3.Elasticidades da DLSP e da DBGG

A tabela a seguir atualiza as elasticidades da DLSP e da DBGG a variações na taxa de câmbio, na taxa de juros e nos índices de preços para o mês de janeiro de 2022.

Elasticidades da DLSP e da DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-12,5	-0,14	6,1	0,11
Aumento de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/3/} →	34,9	0,40	33,8	0,39
Aumento de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/3/}	15,5	0,18	15,4	0,18

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB, conforme o caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e redução de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.

Fonte:

www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202202_Texto_de_estatisticas_fiscais.pdf



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA



SUBIR JUROS NÃO CONTROLA INFLAÇÃO

- Banco Central elevou a Taxa Selic para **13,75% ao ano**, sob a falsa justificativa de combater inflação.
- Aumentar juros NÃO serve para controlar a inflação que existe no Brasil.
- Temos INFLAÇÃO DE PREÇO (provocada pela elevação do preço de preços administrados, como combustíveis e alimentos), NÃO DE DEMANDA.

<https://bit.ly/3AvifWZ>

OS VERDADEIROS PROBLEMAS:

- Preço de Paridade de Importação (PPI) praticado pela Petrobras, como se importássemos todo o combustível consumido aqui e o desmonte e privatização de ativos da Petrobras, além da distribuição bilionária de dividendos a acionistas, sacrificando investimentos.
- Erros de política agrícola e agrária; privilégios para o agronegócio de exportação.

Deflação pelo terceiro mês consecutivo

A inflação oficial medida pelo IPCA sofreu queda de 0,29% em setembro, segundo dados do IBGE. A redução no preço do combustível foi o principal fator do recuo, desde julho. No DE, a baixa foi puxada pelo setor de transportes que caiu 2,29%, impactando no indicador em -0,53 ponto percentual. PÁGINA 14

CONSEQUÊNCIAS DO MODELO ECONÔMICO QUE PRIORIZA O RENTISMO: Queda do PIB

Economia

7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 2 de dezembro de 2022

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

Bolsas Na quinta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quinta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na quinta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefeito 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,39% ↑ (na semana)	108.782	R\$ 5,197 (-0,09%)	R\$ 1.212	R\$ 5,468	13,65%	13,66%	Junho 2022: 0,67 Julho 2022: -0,68 Agosto 2022: -0,36 Setembro 2022: -0,29 Outubro 2022: 0,59
	28/11 29/11 30/11 1/12						

CONJUNTURA

PIB desacelera com o peso dos juros altos

Economia

6 • Correio Braziliense — Brasília, segunda-feira, 28 de novembro de 2022

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na sexta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na sexta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefeito 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
2,35% ↑ (na semana)	109.267	R\$ 5,410 (+1,89%)	R\$ 1.212	R\$ 5,634	13,65%	13,66%	Junho 2022: 0,67 Julho 2022: -0,68 Agosto 2022: -0,36 Setembro 2022: -0,29 Outubro 2022: 0,59
	29/11 30/11 01/12 02/12						

CONJUNTURA

PIB deve perder fôlego no 3º trimestre

Economia

7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 18 de outubro de 2022

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na segunda-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na segunda-feira	CDI Ao ano	CDB Prefeito 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,06% ↑ (na semana)	114.827	R\$ 5,303 (+0,37%)	R\$ 1.212	R\$ 5,216	13,65%	13,66%	Junho 2022: 0,67 Julho 2022: -0,68 Agosto 2022: -0,36 Setembro 2022: -0,29 Outubro 2022: 0,59
	12/10 13/10 14/10 17/10						

CONJUNTURA/ Indicador que tenta antecipar a tendência do Produto Interno Bruto (PIB), IBC-Br registra queda de 1,13% em agosto, a maior desde março de 2021. Para analistas, recuo é efeito da elevação das taxas de juros

Índice do BC mostra retração da atividade

RAFAELA GONÇALVES

Após dois meses consecutivos em viés de alta, a atividade econômica brasileira encolheu mais do que o esperado pelo mercado. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), que procura antecipar a variação do Produto Interno Bruto (PIB), registrou em agosto contração de 1,13%. Foi a queda mensal mais intensa desde março de 2021, quando o índice recuou 3,6%.

observou Eduardo Vilarim, economista do Banco Original.

O indicador do BC incorpora estimativas para a agropecuária, a indústria e o setor de serviços, além dos impostos, mas não considera o lado da demanda. Incorporado ao cálculo do PIB do IBGE, o IBC-Br é uma das ferramentas usadas pelo BC para definir a taxa básica de juros do país. Com o menor crescimento da economia, por exemplo, teoricamente haverá menos pressão inflacionária.



Inflação em baixa

Analistas do mercado financeiro mantiveram a expectativa de redução na inflação para 2022. Segundo os dados do Boletim Focus, divulgados pelo Banco Central, a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano passou de 5,71%, há uma semana, para

O Brasil continua crescendo menos que a média global, em grande parte, porque tem juros reais muito altos, se comparados com o resto do mundo

Rodolfo Margato, economista da XP Investimentos

CONSEQUÊNCIAS DO MODELO ECONÔMICO QUE PRIORIZA O RENTISMO: DÍVIDA PÚBLICA EXPLODE

Dívida cresce por causa dos juros e mecanismos financeiros e não devido aos gastos sociais, como a imprensa diz

Incertezas sobre PEC e gastos põem no radar dívida pública de 90% do PIB



AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Economia

9 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 24 de novembro de 2022

Moedas	Paridade	Salário mínimo	Dólar	Euro	CDI	CDB	Inflação
US\$	R\$ 5,374	R\$ 1.212	Novembro: 5,370 20 novembro: 5,311 22 novembro: 5,303	Novembro: 5,602 20 novembro: 5,588	13,65%	13,66%	Junho 2022: 0,07 Julho 2022: 0,08 Agosto 2022: 0,09 Setembro 2022: 0,09 Outubro 2022: 0,09

CONJUNTURA

Alta de juros entra no radar do mercado

Dependendo do volume de gastos que ficará fora do teto na PEC de Transição, o BC pode ter de subir a Selic, dizem analistas

ROSAÑA HESSEL
RAFAELA GONÇALVES

A independência do BC...
A independência do BC...
A independência do BC...

9 • Economia • Brasília, sábado, 11 de outubro de 2022 • Correio Braziliense

CONTAS PÚBLICAS

Custo da dívida aumenta

Elevação da Selic e piora do quadro fiscal provocam alta nas taxas de juros implícitas no endividamento do governo federal

ROSAÑA HESSEL

A pesar de a queda da taxa da dívida pública bruta em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) ter recuado em agosto, na comparação com julho, passando de 78,2% para 77,5%, conforme dados divulgados, ontem, pelo Banco Central, o custo do endividamento do país não para de crescer, em 2022, tanto depois à escalada da taxa básica de juros (Selic), atualmente em 13,75% ao ano, e à piora no quadro fiscal. A taxa de juros implícita da dívida bruta total acumulada de janeiro a agosto passou de 4,4%...

pagamento dos juros da dívida de R\$ 30,3 bilhões em agosto, dado 81,4% acima do saldo positivo registrado em agosto de 2021. Enquanto o governo geral apresentou rombo fiscal de R\$ 49,6 bilhões, os governos estaduais e as cidades tiveram superávits de R\$ 18,2 bilhões e de R\$ 970 milhões, respectivamente.

O chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, destacou despesas extraordinárias para o resultado negativo nas contas do governo federal, que registrou rombo de quase R\$ 50 bilhões, como os R\$ 23,9 bilhões referentes ao acordo da...

MACROECONOMIA

Efeitos da PEC de Transição na dívida pública brasileira

Nota produzida por técnicos da Câmara dos Deputados sobre a PEC 32/2022 aponta que o choque nas despesas primárias será de 1,7 ponto percentual em relação ao PIB

ROSAÑA HESSEL

O mercado tem se mostrado bastante preocupado com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de Transição e seu impacto nas contas públicas e no endividamento do governo, que pode chegar a 90% do Produto Interno Bruto (PIB) antes do fim do novo mandato do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A peça orçamentária de 2023, enviada pelo Executivo em agosto, é considerada fictícia e fora da realidade por analistas e integrantes do novo governo. O texto prevê rombo de R\$ 65,9 bilhões, ou 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB), dado que não inclui uma série de despesas já comprometidas para o próximo ano, inclusive, o auxílio de R\$ 600. É com a PEC 32/2022, e tendência é que o rombo fiscal do...

Com a proposta, que possibilitará o pagamento do novo Bolsa Família, rombo pode ultrapassar R\$ 200 bilhões

CONSEQUÊNCIAS DO MODELO ECONÔMICO QUE PRIORIZA O RENTISMO: Cortes para alimentar o Sistema da Dívida

MEC sem verba para residentes e bolsas

» TAINÁ ANDRADE
» VINÍCIUS DORIA

José Cruz/Agência Senado

Brasil

Correio Braziliense • Brasília, domingo, 4 de dezembro de 2022

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre@fgvdabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

BALANÇO

Andifes vê “desastre” na educação superior

Correio Braziliense • Brasília, segunda-feira, 5 de dezembro de 2022 • Política

das Instituições Federais relembra que além da série de cortes no orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), o balanço foi marcado por outros ataques envolvendo fake news e corrupção.

NOVO GOVERNO

Saúde: “Prioridade sem orçamento”

Geraldo Alckmin recebe de grupo de médicos diagnóstico preocupante do setor, que não tem verba para bancar programas essenciais

» RAFAELA GONÇALVES

João Risi

O vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB) se reuniu ontem com 10 médicos que integram o gabinete de transição da Saúde.



A4 | Valor | Quarta-feira, 10 de julho de 2019

Brasil

Contas públicas Para economista da FGV, superávit primário deveria ser de 3,4% do PIB para zerar avanço Trajetória da dívida é insustentável, diz Cysne

Rodrigo Carro
Do Rio

A trajetória atual de expansão da dívida pública é insustentável e a simples aprovação da reforma da Previdência nos moldes atuais — sem a inclusão de Estados e municípios e com a elevação de impostos para cobrir parte do déficit previdenciário — é insuficiente para reverter esta tendência negativa. A afirmação do economista Rubens Penha Cysne, professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (FGV)

Na verdade, o esforço fiscal teria de ser ainda maior nas condições atuais, destacam os autores. Isso porque o país gasta mais do que arrecada, mesmo sem levar em conta o pagamento de juros da dívida pública — o déficit primário equivale a 1,7% do PIB. Conseqüentemente, zerar a expansão da dívida exigiria um esforço da ordem de 5,1% do Produto Interno Bruto. “[É algo que] absolutamente não é factível”, afirma Cysne.

Os dados que serviram de base para o estudo indicam que o cha-

O levantamento aponta ainda uma mudança no coeficiente de reação fiscal, que passou de positivo para negativo a partir de outubro de 2017. Na prática, o indicador negativo significa que, a partir desse momento, o déficit fiscal cresce à medida em que a dívida pública aumenta. “Se você olhar [os dados] pontualmente, pode não ver isso”, diz Eduardo Lima Campos, ressaltando que a amplitude da base dados permite uma visão geral e, ao mesmo tempo, uma análise pontual da variação do índice.



Brasil

Correio Braziliense • Brasília, sábado, 3 de dezembro de 2022

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre@fgvdabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

EDUCAÇÃO

Bloqueio deixa UnB com contas zeradas

CONSEQUÊNCIAS DO MODELO ECONÔMICO QUE PRIORIZA O RENTISMO: Indústria estagnada

• Economia • Brasília, sábado, 3 de dezembro de 2022 • Correo Braziliense

CONJUNTURA

Indústria estagnada

Produção do setor tem pequena alta de 0,3% em outubro, mas acumula retração de 0,8% no ano

» RAFAELA GONÇALVES

Sem tração
O setor ainda se encontra 2,1% abaixo do patamar pré-pandemia

PRODUÇÃO INDUSTRIAL
(mês/mês anterior %)

Mês	Variação (%)
Maio 2021	0,1
Jun 2021	-1,8
Jul 2021	0,6
Ago 2021	0,6
Sep 2021	0,1
Out 2021	0,3
Nov 2021	0,5
Dez 2021	-0,6
Jan 2022	-0,7
Fev 2022	0,3
Mar 2022	0,3
Abr 2022	0,3
Mai 2022	0,3
Jun 2022	0,3
Jul 2022	0,3
Ago 2022	0,3
Sep 2022	0,3
Out 2022	0,3

Após dois meses de queda, a produção industrial teve variação positiva de 0,3% na passagem de setembro para outubro. Segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mesmo com a ligeira alta, o setor ainda se encontra 2,1% abaixo do patamar pré-pandemia e 18,4% aquém do nível recorde alcançado em maio de 2011.

Em relação a outubro de 2021, a indústria registrou avanço de 0,3%.

OLHA AÍ O RESULTADO DA POLÍTICA DE JURO ALTO!

CORREIO BRAZILIENSE

Entre os campeões do desemprego

TRABALHO / Levantamento feito pela agência Austin Rating, com base em projeções do FMI, indica que, devido ao baixo crescimento da economia, o Brasil ficará este ano em 9º lugar numa lista de países com maior taxa de desemprego

Maiores taxas de desemprego previstas para 2022

País	Previsão (%)
Brasil	12,8
Argentina	12,5
Colômbia	12,5
Chile	12,5
Peru	12,5
Uruguai	12,5
Venezuela	12,5
Paraguai	12,5
Costa Rica	12,5
Equador	12,5
Guatemala	12,5
Honduras	12,5
Nicarágua	12,5
El Salvador	12,5
Paraguai	12,5
Uruguai	12,5
Venezuela	12,5
Paraguai	12,5
Uruguai	12,5
Venezuela	12,5
Paraguai	12,5
Uruguai	12,5
Venezuela	12,5

Menores taxas de desemprego previstas para 2022

País	Previsão (%)
Estados Unidos	3,8
Canadá	5,2
Reino Unido	5,2
Países Baixos	5,2
Coreia do Sul	5,2
China	5,2
Japão	5,2
Índia	5,2
Indonésia	5,2
Singapura	5,2
Malásia	5,2
Taiwan	5,2
Coreia do Sul	5,2
China	5,2
Japão	5,2
Índia	5,2
Indonésia	5,2
Singapura	5,2
Malásia	5,2
Taiwan	5,2

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

CORREIO BRAZILIENSE

CONJUNTURA

PIB desacelera com o peso dos juros altos

LIMITAR OS JUROS JÁ!

LIMITE DOS JUROS TEM QUE VIRAR LEI

MERCADO DE TRABALHO

Geração “nem-nem” soma 11 milhões de jovens

População entre 18 e 24 anos que não estuda, nem trabalha corresponde a 36% da faixa etária no Brasil. Problema é considerado estrutural

» RAFAELA GONÇALVES
» MARCOS BRAZ

Desafio geracional

Brasil é o segundo país com mais pessoas de 18 a 24 anos que “nem trabalham nem estudam” entre nações na esfera da OCDE

a vulnerabilidade desse grupo. “Quando se pensa em políticas públicas, precisamos atuar em várias frentes, assim como os países da Europa. Não basta só capacitação para o mundo do trabalho, é preciso uma estratégia de segunda chance principalmente para mulheres, inclusive para que tenham onde deixar seus filhos para estudar ou trabalhar. O jovem desalentado passa a acreditar que não existe trabalho correspondente a ele. É muito importante olhar esse perfil, saber que dentro tem aqueles que são mais vulneráveis e a maioria que já está desengajada”, destaca Rocha.

CONSEQUÊNCIAS DO MODELO ECONÔMICO QUE PRIORIZA O RENTISMO: Bancos têm lucros recordes

Economia

7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 29 de novembro de 2022

Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Na segunda-feira	Últimos	Euro Comercial, venda na segunda-feira	CDI Ao ano	CDB Pré-fixado, 30 dias (em ano)	Inflação IPCA-IBGE (em %)
1,18% (+0,18%)	109.307 108.782	R\$ 1.212	R\$ 5,361 (-0,02%)	23/novembro 5,379 23/novembro 5,384 24/novembro 5,393 25/novembro 5,439	R\$ 5,549	13,65%	13,66%	Junho 2022 -0,67 Julho 2022 -0,68 Agosto 2022 -0,58 Setembro 2022 -0,36 Outubro 2022 -0,30

CONSUMIDOR

Juros do rotativo encostam em 400%

Taxas cobradas para o cartão de crédito subiram entre setembro e outubro, segundo o BC. Inadimplência também aumentou

• RAFAELA GONÇALVES

Mesmo com o fim do ciclo de alta da taxa básica de juros (Selic), as taxas de juros dos serviços financeiros não dão sinais de desaceleração. A taxa de juros do cartão de crédito rotativo variou de 390,7% ao ano em setembro para 399,5% em outubro. Segundo os dados do Boletim de Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgados pelo Banco Central, esta é a maior taxa desde agosto de 2017, quando ficou em 428%. O juro rotativo está associado

para as pessoas jurídicas foi de 23,0% para 23,5%. Diferentemente da evolução das taxas do cartão de crédito, o relatório mostra uma queda de 1,4 ponto percentual da taxa média praticada no cheque especial na passagem de setembro para outubro, de 134,5% para 132,5%, o menor patamar desde abril. Em janeiro de 2020, o BC passou a aplicar uma limitação dos juros do cheque especial, em 8% ao mês, o equivalente a 151,82% ao ano. De acordo com o BC, o spread em operações de crédito (diferen-



Nas alturas

Mesmo com o fim do ciclo de alta da taxa básica de juros (Selic), as taxas de juros dos serviços financeiros não dão sinais de desaceleração. Veja os índices acumulados no ano (em %)

Taxa média de juros no crédito livre	
Jan	35,3
Fev	36,5
Mar	37,3
Abr	37,9
Maio	38,1

Decepção na Black Friday

A Black Friday no Brasil decepcionou este ano, segundo os primeiros números divulgados. O varejo virtual registrou, na sexta-feira passada, uma queda de 28% no faturamento em comparação com o do mesmo período de 2021, quando o setor já havia recuado 1%, conforme dados da Neotrust. Com pouco mais de

Economia

7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 22 de novembro de 2022

Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Na segunda-feira	Últimos	Euro Comercial, venda na segunda-feira	CDI Ao ano	CDB Pré-fixado, 30 dias (em ano)	Inflação IPCA-IBGE (em %)
0,81% (+0,13%)	110.243 109.748	R\$ 1.212	R\$ 5,311 (-1,19%)	16/novembro 5,393 16/novembro 5,382 17/novembro 5,402 18/novembro 5,395	R\$ 5,439	13,65%	13,66%	Junho 2022 -0,67 Julho 2022 -0,68 Agosto 2022 -0,58 Setembro 2022 -0,36 Outubro 2022 -0,30

CONJUNTURA

Inadimplência não para de crescer

Quase 65 milhões de brasileiros estavam com o nome sujo em serviços de proteção ao crédito em outubro. Número é recorde

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre@folha.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

Lucro líquido dos bancos cresceu 49% em 2021, aponta BC

• RAFAELA GONÇALVES

O lucro líquido das instituições financeiras somou R\$ 132 bilhões no ano passado, uma alta de 49% em comparação ao registrado em 2020. Segundo o Relatório de Economia Bancária (REB) de 2021, divulgado pelo Banco Central, a rentabilidade dos bancos retornou a níveis próximos dos observados antes da pandemia. De acordo com o documento, o crescimento da margem de juros, a redução das despesas com provisões e os ganhos de eficiência explicam a melhora dos resultados.

O economista sócio diretor da Openinvest, César Berço, explicou como a redução de despesas provocou um ganho de escala para os bancos. "Durante a pandemia, a implantação do home office e a revisão de seus quadros com relação ao tamanho da estrutura fizeram com que os bancos ganhassem eficiência, e isso resultou no ganho de



César Berço: setor financeiro foi menos afetado pela pandemia

lucratividade. A tendência é que isso continue, sobretudo com as taxas de juro altas que estamos vivendo", disse. Berço também ressaltou que o sistema financeiro talvez tenha sido o menos afetado pela crise sanitária, em função do alto nível de tecnologia. "O impacto com relação ao isolamento social não foi tão importante, porque as pessoas utilizavam o sistema eletrônico para fazer as suas transações. Além do que a chegada do Pix também ajudou que as transações não sofressem e tivessem continuidade", acrescentou.

O relatório apontou que as despesas com provisões, que já são contabilizadas como ocorridas mesmo que ainda não pagas, retornaram aos níveis pré-pandemia. "Dado o cenário econômico menos favorável previsto para 2022, a expectativa é de alta moderada na inadimplência (em direção aos níveis pré-pandemia). Esse movimento da

inadimplência e a migração das carteiras para um mix de maior risco podem aumentar o nível de ativos problemáticos ao longo do ano", projeta a autoridade monetária. As cinco maiores instituições financeiras do país concentravam 78,7% do mercado de crédito no segmento bancário em 2021, uma queda de 0,5 ponto percentual em relação ao ano anterior, conforme descreve o relatório. O percentual mostra

trajetória de redução desde 2018. Incluindo o segmento não bancário, que engloba cooperativas, fintechs e financeiras, por exemplo, os maiores representavam 67,9% de operações de crédito, 0,6 ponto a menos do observado em 2020. "A queda da concentração é observada em todos os agregados contábeis e, de forma mais intensa, nos depósitos totais", ressalta o relatório. Em relação aos depósitos, o grupo concentrava 75,3% no segmento bancário e 70% no não bancário. Os ativos totais das cinco maiores instituições, por sua vez, equivalem a 74,9% do total do segmento bancário e 65,2% do não bancário.

Outra novidade foi a mudança na metodologia para medir a concentração do sistema financeiro, que acabou tirando o Santander do grupo das maiores instituições financeiras brasileiras. Para se igualar aos padrões internacionais, o

BC passou a considerar agora os quatro maiores bancos e não mais cinco, como antes.

As quatro maiores instituições, segundo o relatório, são Caixa, Banco do Brasil, Bradesco e Itaú. A RC4 (quatro maiores bancos) mede o grau de concentração por meio da soma das participações das quatro maiores instituições financeiras em um dado mercado.

Concessão de crédito
No ano passado, as concessões de crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN) aumentaram 18,2%, a maior alta na comparação anual da série iniciada em 2011. Segundo o BC, com o avanço da vacinação e a retomada da atividade econômica, observou-se expansão significativa das operações de crédito às pessoas físicas, tanto nas linhas de crédito livre quanto nas de crédito direcionado.

Bancos mais rentáveis do mundo

Ranking de rentabilidade sobre patrimônio (ROE) de instituições com mais de US\$ 100 bilhões em ativos

Banco	País	Ativos, em US\$ bilhões *	ROE, em %
1º Capital One	EUA	432,4	20,4
2º Ally Financial	EUA	182,1	19,3
3º Santander	Brasil	172,6	18,9
4º Royal Bank of Canada	Canadá	1.379,9	17,3
5º Itaú Unibanco	Brasil	388,1	17,3
6º JP Morgan	EUA	3.743,6	16,9
7º Banco do Brasil	Brasil	346,3	15,7
8º Bradesco	Brasil	296,3	15,2
9º Bank of Nova Scotia	Canadá	980,7	15,1
10º SVB Financial Group	EUA	211,5	15

*Conforme balanço de dezembro de 2021 | Fonte: Economática

Fonte: <https://www.biznews.com.br/4-dos-10-bancos-mais-rentaveis-do-mundo-sao-brasileiros/>

CONSEQUÊNCIAS DO MODELO ECONÔMICO QUE PRIORIZA O RENTISMO: Devastação e Fome

Agro bate recorde de exportação

O agronegócio brasileiro exportou em outubro o recorde de US\$ 14,25 bilhões, 61,3% mais que em outubro de 2021, segundo balanço divulgado ontem pelo Ministério da Agricultura. O volume cresceu 38,9% e os preços, 16,1%. As importações de produtos agropecuários somaram US\$ 1,43 bilhão em outubro, 2% acima de outubro de 2021.

"O crescimento dos embarques de milho foi um dos principais fatores para o forte aumento nas exportações, com aumento em volume de 301,7% no período", informou a pasta, em nota. Considerados todos os grãos, os embarques de janeiro a outubro somaram 134 milhões de toneladas, "ou o equivalente à praticamente metade da safra brasileira de grãos, que foi estimada pela Conab em 270,9 milhões de toneladas (safra 2021/2022)", destacou o ministério. No acumulado do ano, as exportações brasileiras do agronegócio também foram recorde de US\$ 136,10 bilhões, aumento de 33% ante igual período do ano passado.

Em outubro, o complexo soja exportou US\$ 3,68 bilhões (+49,6%). O volume embarcado cresceu 27,6% e os preços, 17,2%. O principal produto de exportação do setor foi a soja em grãos, com registro recorde para os meses de outubro de US\$ 2,49

ED Alves/CB/D.A Press



Colheita de milho: embarques desse grão contribuíram fortemente para o resultado positivo do agro

bilhões. As vendas externas de carnes somaram US\$ 2,28 bilhões (+50,8%). "O montante foi fortemente influenciado pelos preços médios de exportação, que subiram 29,9% na comparação entre os meses de outubro de 2022 com outubro de 2021. Também houve expansão no volume comercializado, que subiu 16,1%", apontou o relatório do Ministério da Agricultura.

A Ásia é a região geográfica

com maior participação nas exportações do agronegócio brasileiro. Em outubro de 2022, o continente adquiriu US\$ 6,83 bilhões em commodities nacionais, crescimento de 71,0% em comparação com os US\$ 3,99 bilhões exportados em outubro de 2021. A China é o principal comprador dos produtos brasileiros. Em outubro, importou 81,8% a mais do que no período anterior, atingindo um valor total de US\$ 14,25 bilhões

US\$ 14,25 BILHÕES

Valor total das exportações do agronegócio brasileiro em outubro de 2022. O montante é 61,3% superior ao registrado em outubro do ano passado.

Brasil

6 • Correio Braziliense • Brasília, sábado, 8 de outubro de 2022

MEIO AMBIENTE

Biomas devastados equivalem a 4 estados

SENADO FEDERAL



Retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU preocupa senadores e estudiosos

DISCURSO DE LULA COLOCA A DÍVIDA PÚBLICA NO FOCO: não podemos ficar guardando dinheiro para pagar juros aos banqueiros... MERCADO DÁ CHILIQUE

Dólar dispara e bolsa derrete após fala de Lula sobre gastos

Moeda estrangeira registra a maior alta (4,1%) desde março de 2020, no início da pandemia, cotada a R\$ 5,3942; Ibovespa perde 3,35%

Semana

11/11/2022 05h00 · Atualizado há 3 semanas

Mercado tem mais um dia de tensão com incertezas fiscais

De Sharm El-Sheikh, Brasília e São Paulo

O mercado doméstico teve mais um dia nervoso por causa de incertezas fiscais após a apresentação da PEC da Transição e novas críticas do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, ao teto de gastos. "Se eu falar isso, vai cair a bolsa, o dólar vai aumentar? Paciência. O dólar não aumenta e a bolsa não cai por conta das pessoas sérias, mas por conta dos especuladores que vivem especulando todo santo dia", disse Lula na COP 27.

O Ibovespa, de fato, caiu 0,49%, aos 109.702 pontos. A reação mais negativa do mercado, porém, foi atenuada após Aloizio Mercadante mencionar discussão sobre corte de despesas e Guido Mantega deixar a

equipe de transição. Ao fim do dia, a taxa do DI para janeiro de 2024 reverteu a tendência e recuou de 14,11% para 14,03%, mas manteve no preço chances de juros mais altos em 2023, com a pressão inflacionária trazida por mais gastos públicos. O dólar subiu 0,37%, para R\$ 5,4006.

Segundo Tiago Sbardelotto, economista da XP, caso a PEC da Transição seja aprovada com a exclusão dos gastos do novo Bolsa Família por tempo indeterminado, a dívida bruta do governo em relação ao PIB pode subir para 108,4% até 2026. Para ele, o impacto fiscal da proposta pode ser superior a R\$ 225 bilhões. Ao fim do mandato de Lula, o endividamento público pode alcançar 92,9%, com acréscimo de 17 pontos, apenas com o efeito do crescimento real das des-

pesas, sem considerar uma Selic acima das expectativas. O maior nível do indicador foi de 89% do PIB, em 2020.

Após a reação do mercado, integrantes da transição disseram que Lula mantém o discurso de que revogará o teto de gastos, mas seria fiscalmente responsável. Também afirmaram que o governo buscará aquecer a economia por meio do consumo, crédito subsidiado e promoção de investimentos públicos.

Armindo Fraga, Edmar Bacha e Pedro Malan — que apoiaram a eleição de Lula — publicaram texto na "Folha de São Paulo" em que afirmam que a responsabilidade fiscal não é obstáculo à responsabilidade social e que levar em conta os mercados de dólar, juros e bolsa é relevante. **Páginas A12 e C1**

Incertezas sobre PEC e gastos põem no radar dívida pública de 90% do PIB

Estúdio Talar
De Brasília

Mesmo com aliados do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aceitando diminuir o tamanho da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, a dívida pública deve continuar em forte trajetória de elevação nos próximos anos.

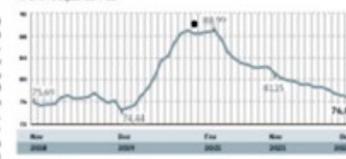
Fatores como a ausência de um novo arcabouço fiscal, o montante de despesas novas fora do teto de gastos e a perda de força da arrecadação tendem a continuar pressionando o endividamento público. Somente a PEC da Transição nos termos inicialmente propostos elevaria a dívida pública entre quatro ou cinco pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB) apenas em 2023. O cálculo é de Afonso Celso Pastore, sócio da consultoria A. C. Pastore & Associados e ex-presidente do Banco Central (BC).

Na sexta-feira, o líder do PT na Câmara, Reginaldo Lopes, afirmou que novas despesas de R\$ 150 bilhões fora do teto representam "o mínimo do mínimo" necessário para recompor o Orçamento. O texto original da PEC prevê que o montante será de R\$ 188 bilhões. Lopes também lembrou que há divergências dentro da base aliada a respeito da duração do texto. Isso



Igo Vilela, economista-chefe da Goma Capital preocupação com arrecadação para compensar novos gastos

Dívida bruta do governo geral % em relação ao PIB



door associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IUPERJ), lembra que a trajetória da dívida pública depende basicamente de três variáveis: resultado primário (receitas menos despesas), gastos com juros e desempenho do PIB.

"O resultado primário está totalmente em aberto", diz, lembrando também das promessas incertas ligadas à PEC.

Os economistas Mariana Silva de Freitas e Fernando Honorato, do Bradesco, destacaram em rela-

DISCURSO DE LULA COLOCA A DÍVIDA PÚBLICA NO FOCO: *não podemos ficar guardando dinheiro para pagar juros aos banqueiros...* **ACD É ATACADA**

PEDIDO DE DIREITO DE RESPOSTA

A AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA PROPÕE INVESTIGAÇÃO CONCRETA E NÃO “MÁGICA”



<https://bit.ly/3Bfsbn8>

LIVE



MARIA LUCIA FATTORELLI

Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida

Por que atacam a Auditoria Cidadã justamente quando fica evidente que a DÍVIDA é o foco dos problemas do país?

30
NOVEMBRO
QUARTA-FEIRA
19h

ASSISTA AO VIVO EM:



facebook.com/auditoriacidadada.pagina



youtube.com/auditoriacidadadadividida



AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

https://www.youtube.com/watch?v=K49vW7_OJko

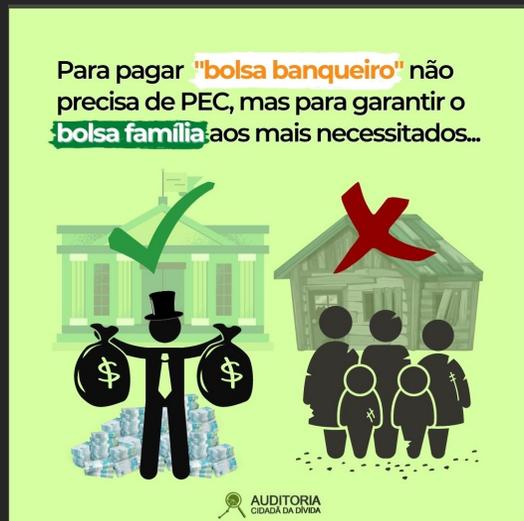
PRECISAMOS DE PEC PARA PAGAR BOLSA FAMÍLIA?

☰ **CORREIO BRAZILIENSE** 🔍

Excesso de arrecadação

O senador também disse que houve excesso de arrecadação em 2021 - R\$ 300 bilhões a mais - e em 2022 - preveem R\$ 270 bilhões - e que "todo este recurso vai para o pagamento do serviço da dívida".

<https://bit.ly/3B90cWb>



TEMOS MANTIDO TRILHÕES EM CAIXA HÁ VÁRIOS ANOS:

chegamos a **R\$ 4,6 TRILHÕES em caixa em 31/10/2022:**

- **R\$ 1,595 TRILHÃO** na Conta Única do Tesouro Nacional,
- **R\$ 1,247 TRILHÃO** no caixa do Banco Central, e
- **R\$ 1,740 TRILHÃO** em Reservas Internacionais!

Fontes dos dados: Banco Central do Brasil

https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202211_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx (Tabela 4, linhas 44, 50 e 52)

Série Temporal 13621 - Reservas internacionais - Total – diária
(US\$ 325,546 bilhões em 31/10/2022 x 5,3449 = R\$ 1,740 trilhão)

A CENTRALIDADE DO SISTEMA DA DÍVIDA É INCONTESTÁVEL.

Além de consumir cerca da metade do orçamento...

- **CONTRARREFORMAS** - A dívida pública tem sido a justificativa para todas as contrarreformas (em especial as sucessivas reformas da Previdência que retiram ou adiam direitos, e a chamada reforma Administrativa que desmonta a estrutura do Estado em todos os níveis);
- **PRIVATIZAÇÕES** - A dívida pública está sendo usada como justificativa para privatização de patrimônio público estratégico e lucrativo desde o governo Collor, passando por todos os demais governos
- **TETO E CONTINGENCIAMENTO DE GASTOS PÚBLICOS** – A Emenda Constitucional nº 95 estabeleceu teto somente para os gastos sociais e com a estrutura do Estado, deixando os gastos financeiros com a dívida fora do teto, sem limite algum, usufruindo da “economia” gerada pelo teto para os demais gastos, que possibilitou aumento dos gastos com a dívida. Todos os anos temos contingenciamentos de gastos em todas as áreas para privilegiar os obscuros gastos com a chamada dívida pública.

AFINAL, QUE DÍVIDA É ESSA?

NOTÍCIAS PUBLICADAS EM MESMA PÁGINA MOSTRAM A CENTRALIDADE DA DÍVIDA

COM JORNAL DO DIA, FATTORELLI MOSTRA NA PRÁTICA COMO SISTEMA DA DÍVIDA AGE



<https://bit.ly/3VzE5jH>

CORREIO BRAZILIENSE Economia

IMPOSTOS

Arrecadação federal em outubro soma R\$ 205,4 bilhões e é recorde para o mês

Resultado divulgado pela Receita representa alta de quase 8% em relação a outubro de 2021. No acumulado dos 10 primeiros meses deste ano, arrecadação avançou 9,3%, para R\$ 1,83 trilhão

ORÇAMENTO

Universidades reagem a corte de R\$ 244 mi no orçamento da educação superior

Apesar do aumento expressivo na arrecadação de tributos, governo bloqueia R\$ 244 milhões de verbas de instituições de ensino superior para cumprir teto de gastos

>> Dívida pública bruta cresce R\$ 330,9 bi no ano

A dívida pública bruta cresceu R\$ 330,9 bilhões no acumulado de janeiro a outubro de 2022, em grande parte, devido ao aumento dos juros, totalizando R\$ 7,298 trilhões, conforme dados do Banco Central divulgados, ontem, pelo Banco Central. Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), contudo, recuou de 77,1%, em setembro, para 76,8%, em outubro, voltando ao patamar de fevereiro de 2020, ou seja, antes da pandemia da covid-19. Essa queda mensal de 0,3 ponto percentual ocorreu, em grande parte, devido ao aumento da projeção do BC para o PIB nominal, que passou de R\$ 9,420 trilhões para R\$ 9,502 trilhões, ou seja, ganho contábil. De acordo com o BC, o impacto desse aumento do PIB nominal foi de -0,7 ponto percentual, neutralizando o efeito do crescimento de 0,6% do aumento do custo dos juros nominais.

Cortes maiores na Saúde e no MEC

O Ministério da Economia divulgou, na noite de ontem, o decreto com o detalhamento do bloqueio adicional de R\$ 5,7 bilhões previstos no relatório de avaliação de receitas e despesas do 5º bimestre, apresentado no último dia 22. Os ministérios da Saúde e da Educação (MEC), novamente, foram as pastas mais afetadas, com cortes de R\$ 1,39 bilhão e de R\$ 1,43 bilhão, respectivamente.

O decreto publicado no Diário Oficial da União (DOU), em edição extra, deixou os ministérios da Economia e da Justiça e Segurança Pública, a vice-presidência da República e o Banco Central livres da tesourada.

De acordo com a Economia, o bloqueio atinge apenas despesas discricionárias, ou seja, não obrigatórias. Nesse caso, cada órgão sujeito aos cortes precisará determinar as áreas que terão os recursos contingenciados.

O governo precisou anunciar novo bloqueio de despesas para cumprir a regra do teto — que

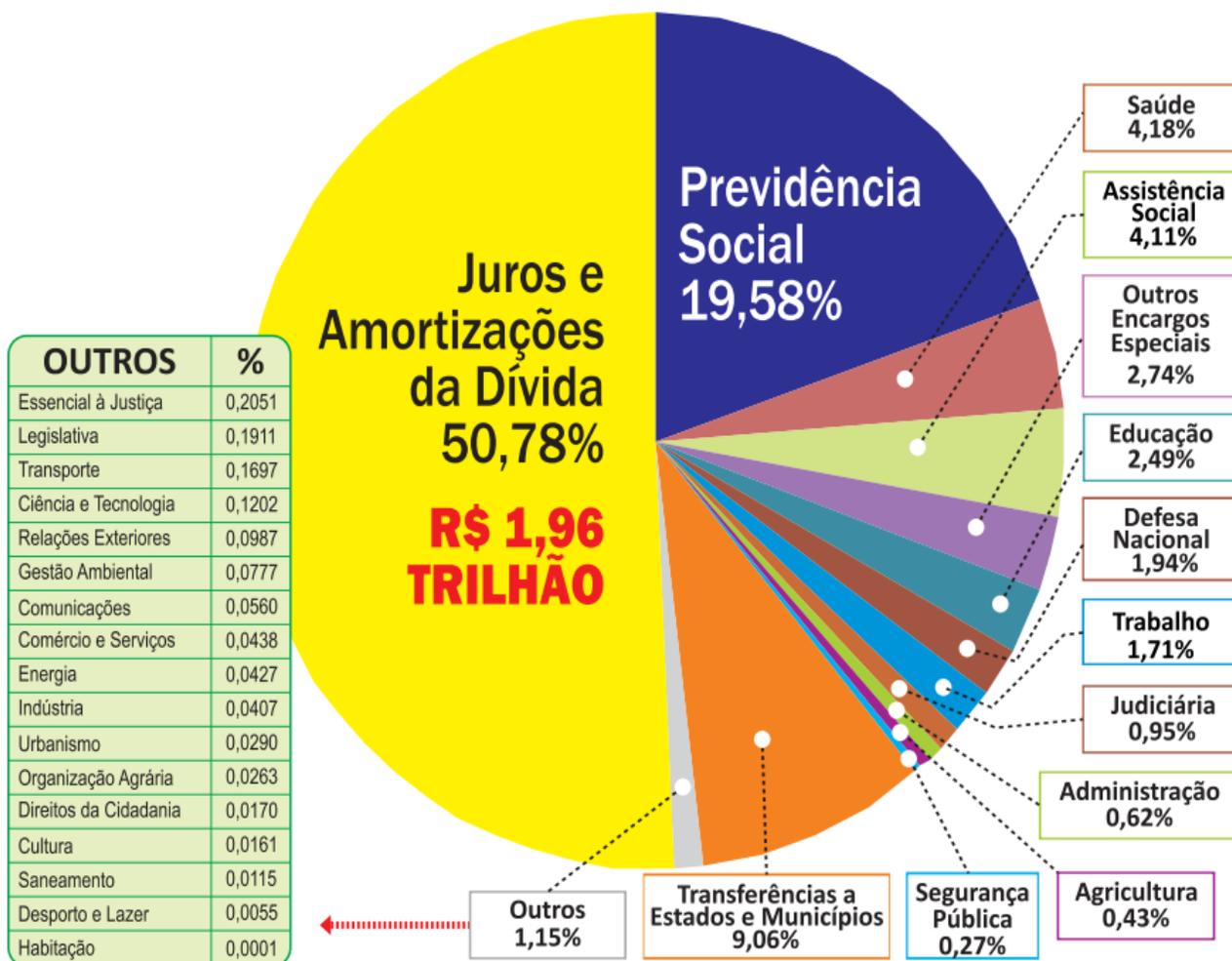
limita o aumento das despesas à inflação do ano anterior. Esse limite constitucional, no entanto, foi alargado em mais de R\$ 100 bilhões no Orçamento deste ano, com mudanças na metodologia e pedaladas em precatórios. E, mesmo com um teto mais folgado, o governo ainda precisa fazer contingenciamentos desde o início do ano.

No relatório anterior, foram bloqueados R\$ 10,5 bilhões e havia R\$ 9,7 bilhões remanescentes que, somados ao corte adicional, chegam a R\$ 15,4 bilhões. Desse total, R\$ 7,7 bilhões são as polêmicas emendas do relator (RP9), conhecidas como orçamento secreto. Nessa soma dos cortes pendentes, o Ministério do Desenvolvimento Regional foi o mais atingido, com bloqueio de R\$ 3,9 bilhões, incluindo o adicional de R\$ 176,9 milhões previstos no último detalhamento do novo decreto. Na sequência, estão a Saúde, com R\$ 3,9 bilhões bloqueados; e a Educação, com tesourada de R\$ 3,8 bilhões.

Os cortes do Orçamento já afetaram a emissão de passaportes pela Polícia Federal e a última grita veio das universidades federais, que se mobilizaram contra o corte previsto de R\$ 244 milhões, que inviabilizaria o funcionamento das instituições.

Procurado, o Ministério da Economia informou que cabe ao Ministério da Educação definir os cortes previstos no bloqueio. Posteriormente, em nota, destacou que o bloqueio preciso no decreto, reflete o que estava previsto pela Junta de Execução Orçamentária (JEO) e, em dezembro, "a pasta seguirá avaliando o comportamento das receitas e das despesas com a possibilidade de divulgação de um relatório extemporâneo". "Destacamos que o Ministério da Economia é responsável pelo limite de movimentação e empenho, cabendo a cada ministério elencar as suas prioridades", reforçou a pasta, acrescentando que "está buscando alternativas de fontes para resolver as questões mais urgentes dos órgãos". (RH)

Orçamento Federal Executado (pago) em 2021 = R\$ 3,861 Trilhões



GASTO COM DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL QUASE DOBROU DE 2019 A 2021

R\$ 1,96 TRILHÃO para JUROS e AMORTIZAÇÕES em 2021

DÍVIDA SEM CONTRAPARTIDA EM INVESTIMENTOS SOCIAIS

"ROLAGEM": A FALÁCIA DOS NEOLIBERAIS

Manobra tem usado recursos que poderiam ser destinados a gastos sociais para pagar dívida, em volume muito maior que a emissão de títulos para cobrir gastos sociais

A mentira do "déficit financiado por endividamento"

A dívida no Brasil não tem financiado as áreas sociais, mas, sim, tirado recursos do país.



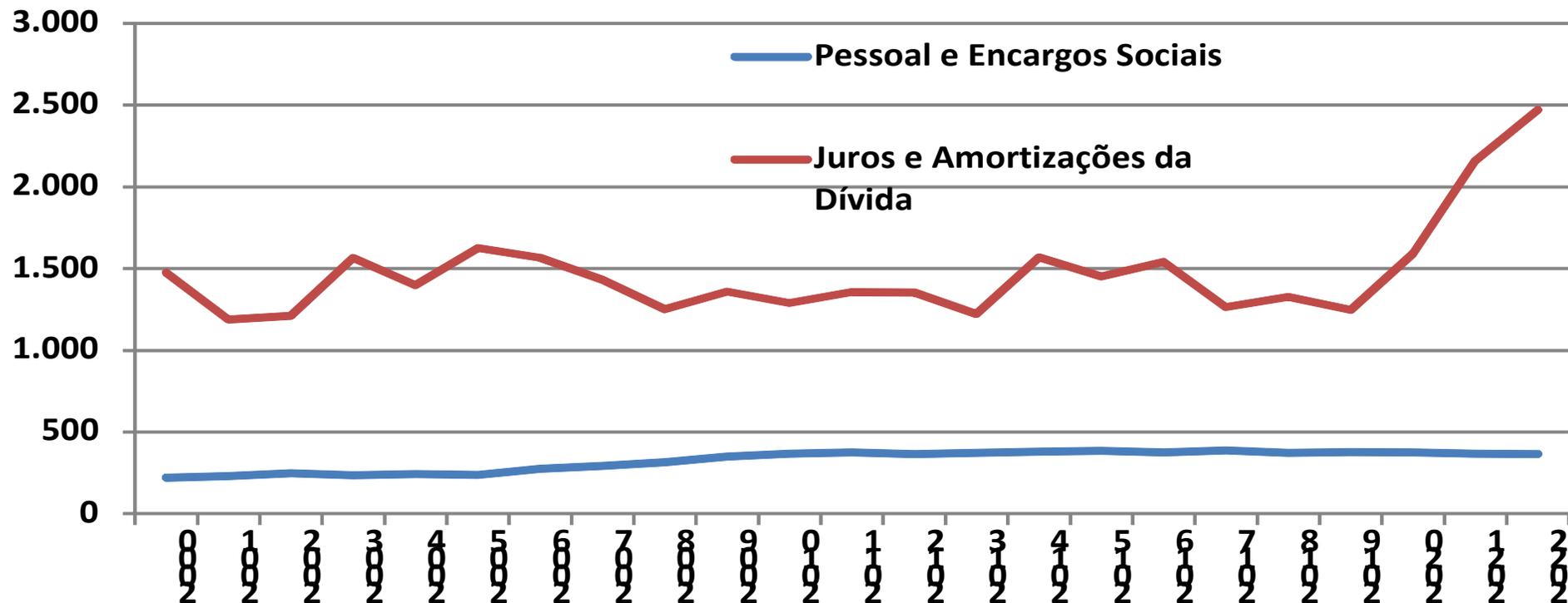
Fonte: Elaboração própria com dados do Painel do Orçamento Federal (SIOP/ME), disponível em https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS/Execucaao_Orcamentaria.qvw&host=QVS@pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06.

Fontes:

<https://bit.ly/2S72v8v>

<https://bit.ly/3Eq59u9>

Comparativo de despesas federais com Pessoal e Dívida Pública pagas (*) no período de 2000 a 2022 (R\$ bilhões) em valores corrigidos pelo IPCA para 2022



Fonte: Elaboração da Auditoria Cidadã da Dívida com dados do SIOP - disponíveis em https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06

Nota: Os gastos com pessoal se referem ao Grupo de Natureza de Despesa (GND) nº 1, e os gastos com juros e amortizações da dívida se referem à soma dos GND nº 2 e 6. (*) Os valores de 2022 se referem à dotação atual.

QUANTO MAIS PAGAMOS MAIS "DEVEMOS"...

Comparativo Juros, Amortizações e Estoque da Dívida Pública (em BILHÕES DE REAIS)			
Ano	"Juros e Encargos" da Dívida	"Amortizações"	Estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
2008	110,17	448,74	1.759,13
2009	124,18	517,73	2.036,23
2010	122,02	513,34	2.307,14
2011	131,04	577,00	2.536,07
2012	134,08	618,94	2.823,00
2013	141,69	576,74	2.986,22
2014	170,35	807,57	3.301,05
2015	208,36	753,87	3.936,68
2016	204,89	925,27	4.509,26
2017	203,11	783,01	5.094,97
2018	279,37	786,36	5.523,12
2019	285,09	752,48	5.971,93
2020	346,88	1.034,85	6.691,94
2021	256,21	1.704,61	7.378,33

Fonte: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/demonstrativos-fiscais#RREO> e Banco Central.

Apesar das "Amortizações" gigantes a dívida cresce, pois grande parte dos juros são contabilizados como "amortizações"

<https://auditoriacidada.org.br/explicacao/>

**Relatório ACD
1/2013**

<https://bit.ly/2MVSvfk>

TCU afirma que dívida não serviu para investimento no país <https://bit.ly/2NTPlJo>

Para que tem servido a dívida pública?

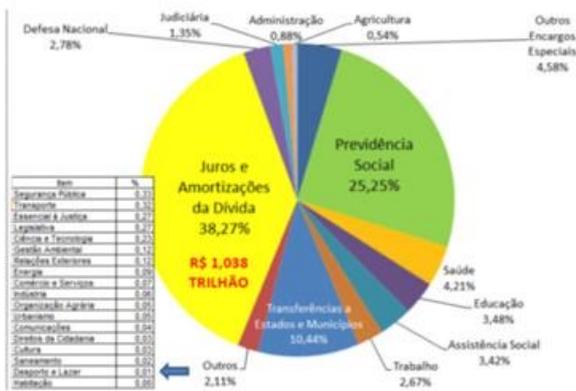


27 DE OUTUBRO, 2020

Para que tem servido a Dívida Pública que você paga?

<https://bit.ly/36AbwLJ>

Audiência Pública
CAE/Senado



11 DE SETEMBRO, 2020

PARA QUE TEM SERVIDO A DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL, por Maria Lucia Fattorelli

<https://bit.ly/39ITU24>

Artigo



05 DE ABRIL, 2021

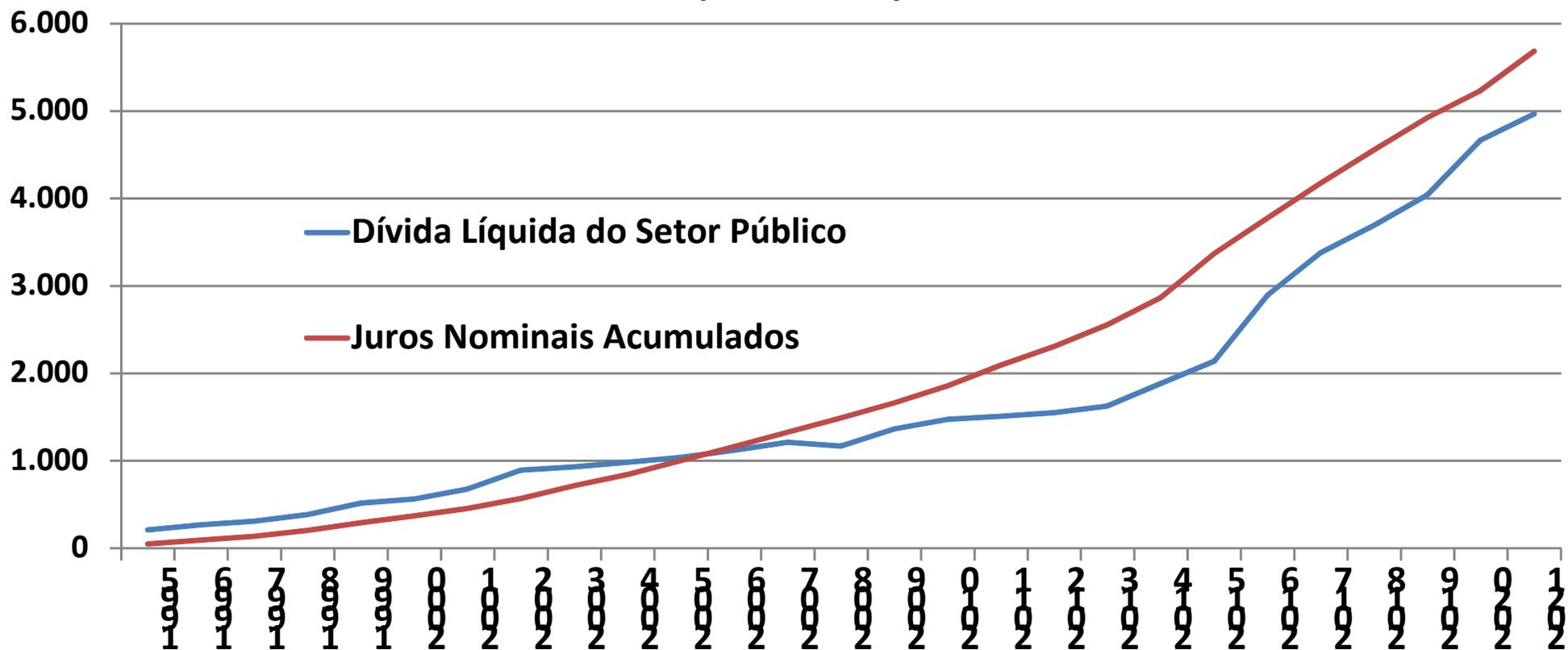
LIVE: Auditoria Cidadã revela mecanismos e jogadas da Dívida

<https://bit.ly/3dwIxpP>

LIVE

JUROS ALTOS: PRINCIPAL FATOR DE CRESCIMENTO DA DÍVIDA DO SETOR PÚBLICO

Relevância dos Juros no Estoque da Dívida Líquida do Setor Público (R\$ bilhões)



Fonte: Séries Temporais do Banco Central nº 16.830, 4.478, 16.962 e 4.759. Disponíveis em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

Auditoria Cidadã da Dívida lançou Campanha para LIMITAR JUROS NO BRASIL



MOVIMENTE-SE

Informativos da Campanha

Queremos saber sua opinião
VOTE

Abuso das taxas de juros no Brasil
ENTENDA

Materiais da campanha
COMPARTILHE

Descubra o que está acontecendo
AGENDA

Acesse a Proposta Legislativa e acompanhe os próximos passos
CONGRESSO NACIONAL



EXIGIMOS LIMITE PARA OS JUROS NO BRASIL



PROPOSTA PELO LIMITE DOS JUROS VIRA PLP 104/2022



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Reunião deliberativa da Comissão Legislativa Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados aprova proposta legislativa pelo limite dos juros no Brasil.

ACESSE

DIVULGUE

PARTICIPE

<https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/>

auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros

Limite dos juros torna-se Projeto de Lei Complementar

Projeto de Lei Complementar
PLP 104/2022



Texto original | Siga esta proposta

EMENTA

Dispõe sobre o limite legal das taxas de juros em contratos e operações financeiras, altera a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, e dá outras providências.

 /auditoriacidadabr
 /AuditoriaCidadaDaDivida
 /auditoriacadapagina
 /auditoriacidada



auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros

Vote na enquete oficial da Câmara: Limite dos Juros Já!

QUAL SUA OPINIÃO SOBRE O PLP 104/2022?

Concordo totalmente

Concordo na maior parte

Estou indeciso

Discordo na maior parte

Discordo totalmente

VOTAR

 /auditoriacidadabr
 /AuditoriaCidadaDaDivida
 /auditoriacidada.pagina
 /auditoriacidada



<https://auditoriacidada.org.br/vote-na-enquete-oficial-da-camara-e-declare-apoio/>

PLP 104/2022

Necessidade de
pressionar
parlamentares da CFT

Basta 1 clique

<https://auditoriacidada.org.br/pressione-a-cft-pelo-limite-dos-juros/>

**RELATOR recém
designado:
Dep. Júlio César
(PSD/PI)**

auditoriacidada.org.br/limitedosjuros

**Precisamos novamente
da sua ajuda!**

**Com apenas 1 clique
pressionare parlamentares
da CFT pela aprovação
do PLP 104/2022 que
estabelece o Limite
dos Juros no Brasil!**

#PLP104SIM #LimitedosJurosJá #TemQueVirarLei

 /auditoriacidadabr

 /AuditoriaCidadaDaDivida

 /auditoriacidada.pagina

 /auditoriacidada



PLP 104/2022

Basta 1 clique

<https://auditoriacidada.org.br/pressione-a-cft-pelo-limite-dos-juros/>



URGENTE!

Envie sua mensagem para os deputados e deputadas da CFT pedindo que aprovem a realização de Audiência Pública para discutirmos o Limite dos Juros no Brasil!



Requerimento aprovado! ✓



Teremos audiência pública para debater o LIMITE DE JUROS NO BRASIL!

Folheto



LIMITE DOS JUROS JÁ

PROPOSTA DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA VIRA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR PLP 104/2022

Exigimos a aprovação imediata do PLP 104/2022, que limita os juros no Brasil

Sabe aquele empréstimo que achamos que vai nos salvar do sufoco, mas que lá no futuro, devido aos altos juros, torna-se uma dor de cabeça ainda maior e vira uma dívida quase impagável? "Como foi que aquele dinheirinho virou essa fortuna para pagar?", pensamos. Pois é! É disso que estamos falando! As taxas de juros praticadas no Brasil são tão elevadas que fazem com que as pessoas, empresas ou órgãos governamentais que acessam crédito paguem a mesma dívida várias e várias vezes!

Quase 80 países praticam o limite dos juros. Por que no Brasil somos obrigados a conviver com essa farrá? Algumas bandeiras de cartão de crédito chegam a cobrar mais de 1.000% de juros ao ano! ISSO É USURA, prática CRIMINOSA! Já passou da hora de acabarmos com isso!

**A ganância dos bancos e agiotas não tem limite!
É preciso aprovar o PLP 104/2022
para limitar os juros no Brasil**

Acesse <https://auditoriacidada.org.br> e envie a carta que preparamos pedindo aos Parlamentares que aprovem o PLP 104/22
Apoie o projeto votando na enquete oficial da Câmara dos Deputados <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2333328>

O POVO BRASILEIRO NÃO AGUENTA MAIS



auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros

Já pensou como seria se os juros fossem baixos?



@auditoriacidada
/AuditoriaCidadaDaDivida
/auditoriacidada.pagina
/auditoriacidada



O QUE VOCÊ ACHA DE PARAR DE PAGAR JUROS ALTOS?

O PLP 104/2022 É O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR PARA LIMITAR OS JUROS

Você concorda que as altíssimas taxas de juros cobradas no Brasil travam a vida do povo e amarram a economia do país? Responda a essa e outras perguntas em nosso site <http://auditoriacidada.org.br/enquete-limite-juros/>

As altas taxas de juros praticadas no Brasil impedem que as pessoas realizem seus sonhos e projetos – por exemplo, ao se comprar um veículo financiado, muitas vezes você paga ao final o valor correspondente à aquisição de dois automóveis, ou até mais!

Empresas ficam impedidas de investir na ampliação e modernização de seus negócios, porque os juros são altos demais. E muitas se arriscam e quebram, aumentando o desemprego. Basta olharmos o aumento da população de rua no Brasil.

Os juros altos são também o principal fator de crescimento da dívida pública, que tem sido usada como justificativa para todos os cortes e teto de investimentos em áreas sociais, contrarreformas que retiram direitos da população, privatizações absurdas e arrocho, pois o dinheiro se destina ao pagamento dos abusivos juros dessa dívida. Limitar os juros é dar um basta nessa injustiça!

Participe! Essa campanha é para todo o povo brasileiro, sacrificado há séculos com juros extorsivos!

Acesse <https://auditoriacidada.org.br> e envie a carta que preparamos pedindo aos Parlamentares que aprovem o PLP 104/22
Apoie o projeto votando na enquete oficial da Câmara dos Deputados <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2333328>

<https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Panfleto-Limites-dos-juros-1.pdf>

Informativos da Campanha

Informativos da Campanha



Informativo da Campanha pelo Limite dos Juros no Brasil

Nº 5 / 2022

RELATOR DO PLP 104/2022 NA CFT DA CÂMARA DOS DEPUTADOS RECEBE REPRESENTANTES DA ACD

Com o objetivo de apresentar a nossa proposta de forma mais detalhada, a equipe da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) foi até a Câmara dos Deputados no dia 19 de outubro de 2022 para um encontro com o relator do PLP 104/22 na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara, deputado federal Júlio Cesar (PSD-PI). O parlamentar recebeu Maria Lucia Fattorelli (coordenadora nacional da ACD), Maria Cristina Araújo (economista e ex-presidente do Corecon-DF) e Victor Hugo Gomes (colaborador da ACD) para um proveitoso debate sobre o Projeto de Lei Complementar que visa acabar com a farrá dos juros no Brasil.

No encontro foram entregues artigos da ACD e também a carta que pede a aprovação do PLP 104 sem alterações. Por sua vez, o deputado Júlio Cesar nos presenteou com a publi-

cação "O Brasil e o Mundo em dados comparativos", de sua autoria. O parlamentar prometeu analisar a proposta com bastante atenção, já que também é um questionador da imensa lucratividade dos bancos e dos juros altos praticados no país.

O deputado Pedro Uczai (PT-SC), relator do PLP 104/22 na Comissão de Legislação Participativa da Câmara, descreveu a proposta como muito bem fundamentada, e a expectativa é por uma análise positiva também na CFT. Segundo Maria Lucia Fattorelli "quase 80 países no mundo já possuem limite para juros e o Brasil também precisa ter, pois a ganância dos ban-



cos não tem limite". Se aprovado na CFT, o PLP 104 seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) em sua última parada antes de chegar ao plenário e ser votado por todos os deputados (as).

[Veja mais](#)



Informativo da Campanha pelo Limite dos Juros no Brasil

Nº 4 / 2022

AGORA É COM A CFT

Após a importante aprovação na Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados, que transformamos a nossa proposta legislativa em Projeto de Lei Complementar PLP 104/2022, o Limite dos Juros no Brasil segue avançando e agora para ser analisado na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), já que se trata de uma proposição que impacta diretamente nos despesas públicas.

AJUDE! COM APENAS 1 CLIQUE ENVIE MENSAGEM PARA TODOS OS MEMBROS DA CFT

Precisamos do apoio de toda a população para que os parlamentares assumam essa causa, que lute de frente contra a ganância do poder financeiro e cobre uma posição de cada um deles e fundamental para que essa aprovação seja rapidamente e a gente consiga virar essa joguê! Pensando nisso, a Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) criou uma ferramenta de fácil acesso para que você, com apenas 1 clique, possa enviar a mensagem que preparamos para TODOS os componentes da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) de uma só vez, pedindo que aprovem o PLP 104/22 com urgência e sem nenhum tipo de modificação, pois a nossa proposta não pode ser descentralizada! Basta acessar <https://auditoriacidada.org.br/propozicao-1-cft-pelo-limite-dos-juros> e nos ajudar nessa missão.

auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros

Precisamos novamente da sua ajuda!

Com apenas 1 clique pressione parlamentares da CFT pela aprovação do PLP 104/2022 que estabelece o Limite dos Juros no Brasil!

<https://auditoriacidada.org.br/propozicao-1-cft-pelo-limite-dos-juros>

Essa foi uma grande vitória da mobilização liderada pela Auditoria Cidadã da Dívida, juntamente com todas as entidades apoiadoras, e graças à dedicação de voluntários e voluntárias em todos os municípios brasileiros.

Agora precisamos lutar para que o PLP 104/2022 tramite de forma ágil e vir Lei para libertar o Brasil!

BOLETIM DA CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL – Nº 04/2022

[Veja mais](#)



Informativo da Campanha pelo Limite dos Juros no Brasil

Nº 2 / 2022

Estamos avançando

A live especial de lançamento da Campanha pelo Limite dos Juros no Brasil foi um sucesso! Realizada na última segunda-feira, 18/07/2022, está disponível na íntegra em <https://www.youtube.com/watch?v=yf4fdrwU02g>

O lançamento da campanha

Lançamento da Campanha
Seu dia favorito acabou! Já está confirmado!



BOLETIM DA CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL – Nº 02/2022



Limite dos Juros no Brasil VIRA Projeto de Lei - PLP 104/2022

Nº 3 / 2022

AVANÇAMOS MAIS!

A proposta legislativa para estabelecer o LIMITE DOS JUROS no Brasil foi APROVADA na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados Federais (CLP), em reunião realizada no dia 02 de agosto de 2022, como pode ser assistido em https://youtu.be/8PQDca_Img0 e foi transformada em Projeto de Lei Complementar - PLP 104/2022!

Essa foi uma grande vitória da mobilização liderada pela Auditoria Cidadã da Dívida, juntamente com todas as entidades apoiadoras, e graças à dedicação de voluntários e voluntárias em todos os municípios brasileiros.

Agora precisamos lutar para que o PLP 104/2022 tramite de forma ágil e vir Lei para libertar o Brasil!

A GANÂNCIA DOS BANCOS É ILIMITADA! POR ISSO O LIMITE DOS JUROS TEM QUE VIRAR LEI!

BOLETIM DA CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL – Nº 03/2022

[Veja mais](#)



Informativo da Campanha pelo Limite dos Juros no Brasil

Nº 1 / 2022

A HORA É AGORA!



Convidamos, prioritariamente, todos que já participaram e contribuíram com o nosso trabalho para um IMPULSO da campanha pelo Limite dos Juros no Brasil. Encontros, dia 21/08/2022, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, a PROPOSTA LEGISLATIVA PARA LIMITAR O JUROS NO BRASIL. Uma das nossas iniciativas avançou, graças à efetiva participação de muitos de vocês. Graças! Agora vamos compartilhar esse feito com nossa País, informando e influenciando parlamentares a APROVAREM essa proposta, para que ela seja transformada em LEI, e desde já convidamos para participarem da live de lançamento oficial da campanha dia 18 de julho, às 19 horas, em nosso canal do Youtube. A participação de todos é essencial!

Avançamos



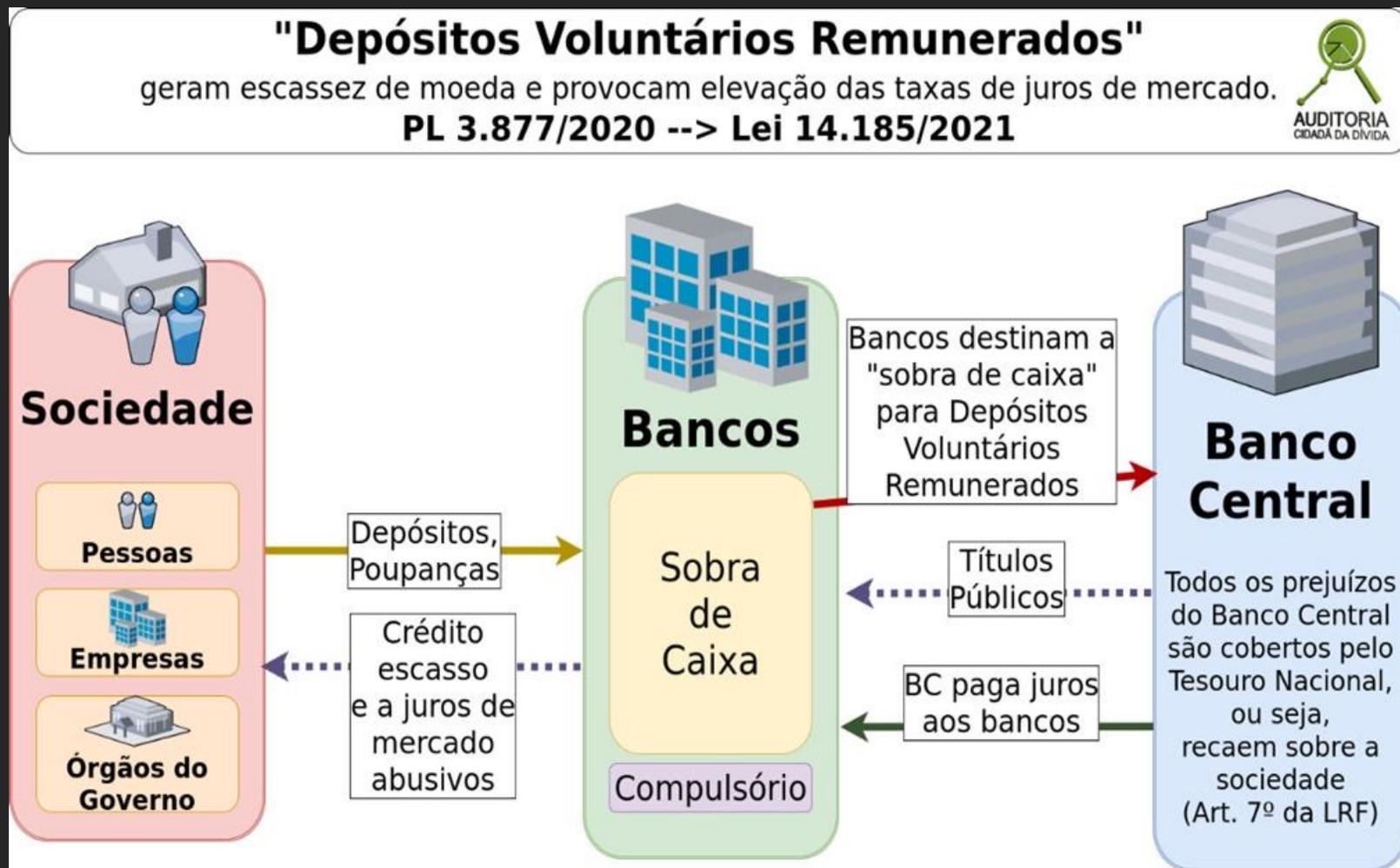
Em breve...

- Apresentação da campanha,
- Agenda com lançamento,
- Biblioteca de mídias.



BOLETIM DA CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL – Nº 01/2022

BOLSA-BANQUEIRO: Principal mecanismo responsável pela "crise fabricada" a partir de 2014, provocando escassez de moeda, elevação dos juros de mercado, explosão da dívida e rombo aos cofres públicos.



Ver: Assalto aos cofres públicos <https://bit.ly/3coiw27> e <https://bit.ly/2YboFpY>

Banco Central: um pesado apêndice na esfera federal

As receitas do Banco Central correspondem, em sua imensa maioria, às receitas de juros pagos pelo Tesouro Nacional (TN), incidentes sobre os títulos públicos que o TN doa ao BC.

O BC utiliza esses títulos e esses juros doados pelo TN nas chamadas “Operações compromissadas” que custaram R\$ 3,9 trilhões no período de 2010 a 2021: “*Bolsa-Banqueiro*”

CUSTO DO FINANCIAMENTO DO BANCO CENTRAL			
PELO TESOUREO NACIONAL			
Ano	Volume de Títulos entregues pelo Tesouro Nacional ao Banco Central sem contrapartida financeira	Volume de Juros pagos pelo Tesouro Nacional ao Banco Central sobre os títulos públicos acumulados no BC	Soma
	(Bilhões de Reais)	(Bilhões de Reais)	(Bilhões de Reais)
2010	56,86	71,51	128,37
2011	186,28	84,30	270,58
2012	117,11	89,43	206,54
2013	129,61	94,18	223,79
2014	287,39	108,82	396,21
2015	192,48	145,46	337,94
2016	238,66	162,05	400,71
2017	88,21	163,11	251,32
2018	188,19	158,49	346,68
2019	185,18	152,78	337,97
2020	295,03	133,56	428,59
2021	374,53	174,02	548,55
Soma	2.339,53	1.537,71	3.877,24

Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

Fontes: <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2691:2:0:e>
<https://www.bcb.gov.br/acesoinformacao/balanceteslai>

O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTÁ NO SISTEMA DA DÍVIDA! Por que faltam recursos para investimentos?



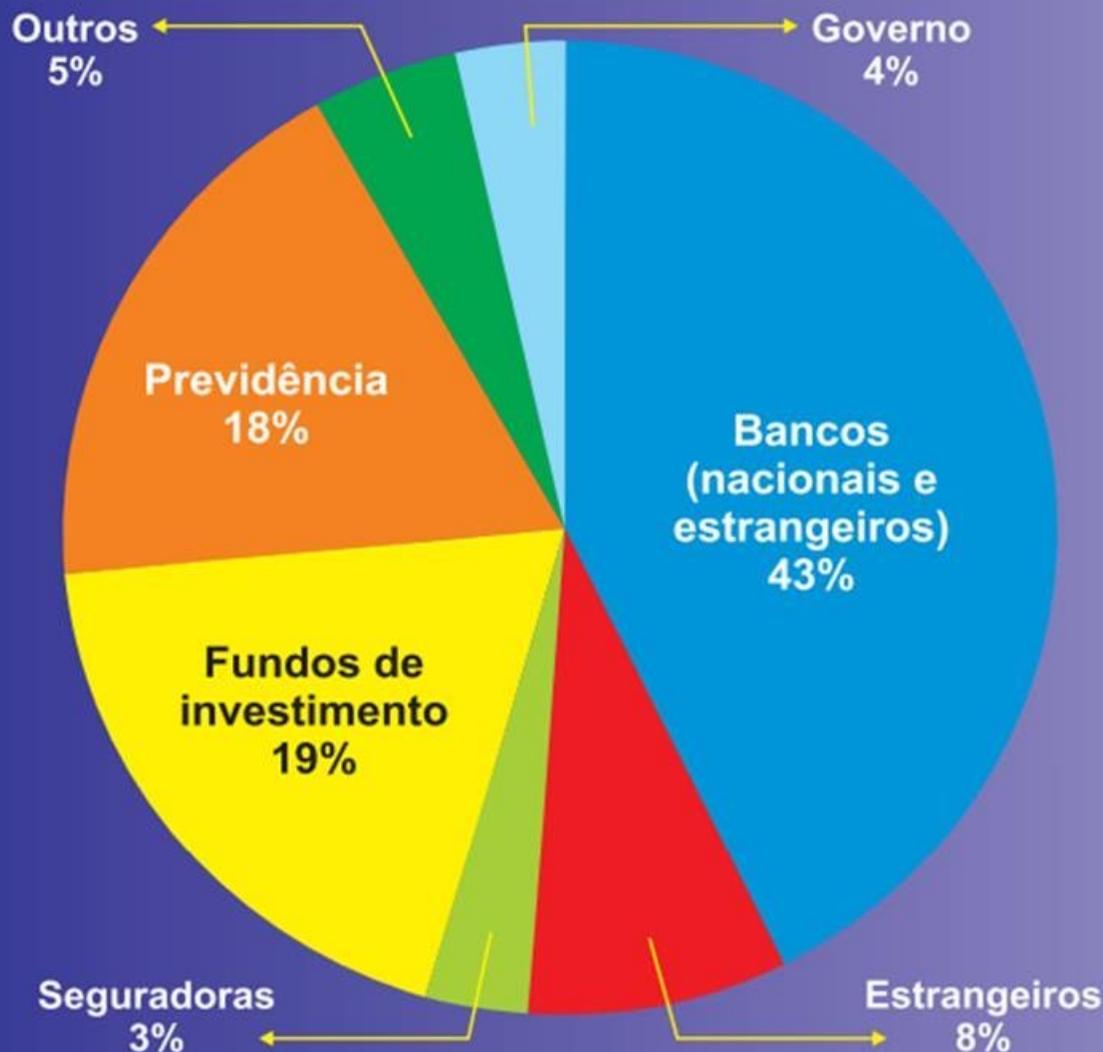
<https://bit.ly/3fTi0yX>



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/pressione-parlamentares-pela-abertura-de-uma-cpi-do-banco-centra>

Em vez de instalar uma CPI para investigar o Banco Central e as operações que têm causado rombo e crise, Câmara priorizou dar autonomia e liberdade total, aprovando os inconstitucionais PLP 19/2019 e PL 3.877/2020

Beneficiários da Dívida Interna Federal – Out/21



Quando questionado oficialmente sobre quem são os beneficiários das operações compromissadas, Fundos de Previdência e Investimento, o governo se recusa a responder.

FALTA DE TRANSPARÊNCIA

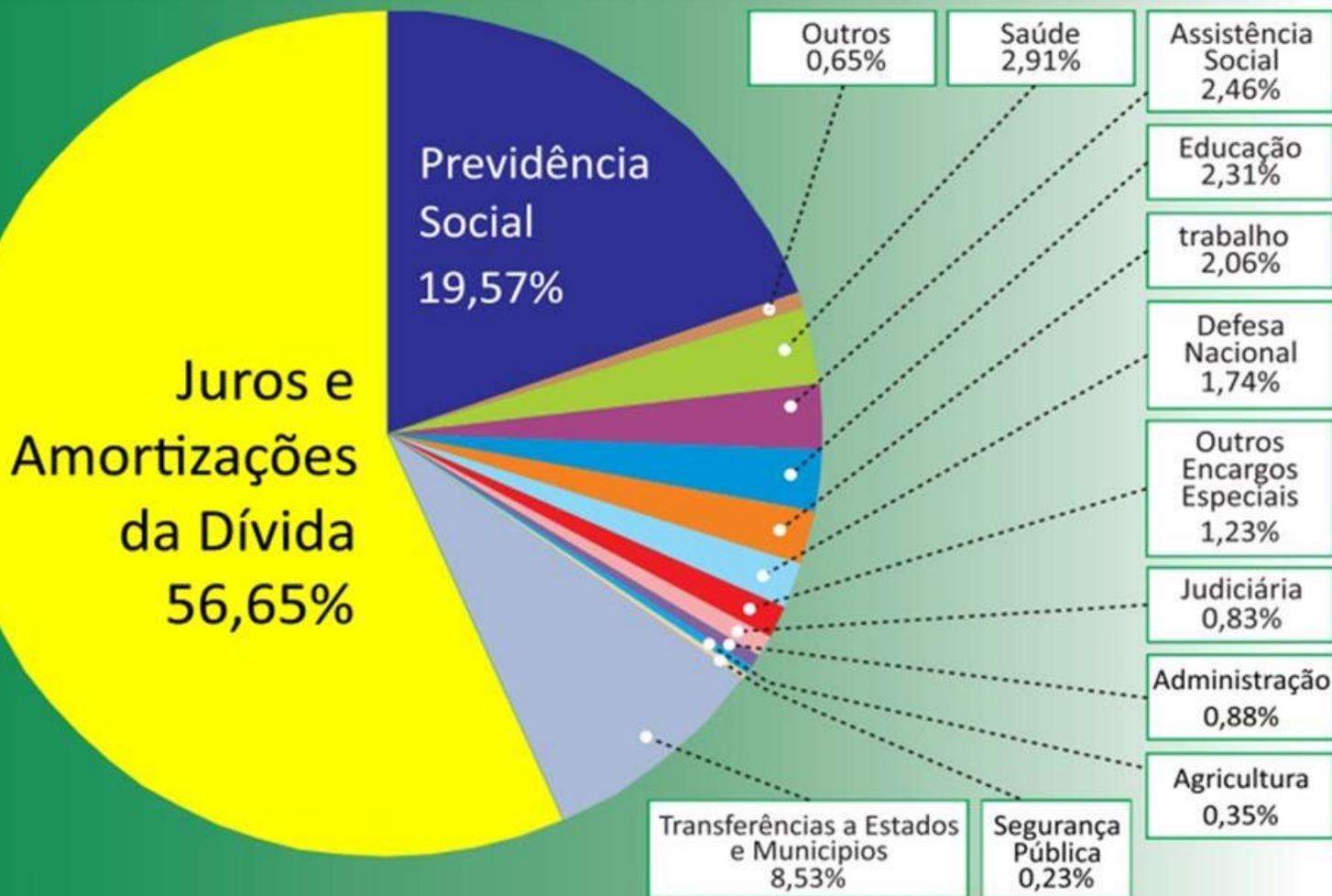
Fonte: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:14902, quadros 2.7 e 5.4. Foi acrescentado na rubrica "Bancos" o montante de Operações de Mercado Aberto (as chamadas "operações compromissadas") constante no quadro 5.4, uma vez que se trata principalmente de dívida do Banco Central com bancos. Além do mais, quando questionado oficialmente sobre quem são os beneficiários das operações compromissadas, o governo se recusa a responder.

ORÇAMENTO FEDERAL PREVISTO PARA 2022

TOTAL: R\$ 4,363 TRILHÕES

PAGAMENTO DA DÍVIDA: R\$ 2,472 TRILHÕES

ITEM	%
Legislativa	0,1672%
Essencial à Justiça	0,1582%
Relações Exteriores	0,0479%
Ciência e Tecnologia	0,0449%
Transporte	0,0392%
Comércio e Serviços	0,0336%
Gestão Ambiental	0,0332%
Indústria	0,0252%
Organização Agrária	0,0234%
Comunicações	0,0220%
Urbanismo	0,0188%
Energia	0,0149%
Direitos da Cidadania	0,0100%
Cultura	0,0085%
Habitação	0,0000%
Saneamento	0,0000%
Desporto e Lazer	0,0000%
Reserva de Contingência	0,0000%



DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO

STF admite “compensações”. Como ficam Estados que aderiram ao “Regime de Recuperação Fiscal” ?

PARA NÃO ENFRENTAR O SISTEMA DA DÍVIDA E GRANDES ACIONISTAS, PALIATIVOS LEVAM STF A PERMITIR COMPENSAÇÃO DE DÍVIDA DE OUTROS ESTADOS COM A UNIÃO



<https://auditoriacidada.org.br/mais-3-estados-podem-reduzir-pagamento-da-divida-com-a-uniao/>



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/a-ameaca-do-regime-de-recuperacao-fiscal/>

DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO

NOTAS TÉCNICAS sobre a Dívida dos Estado de Minas Gerais e do Rio de Janeiro



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/nota-tecnica-2-2022-divida-do-estado-do-rj/>

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/nota-tecnica-acd-no-1-2022-divida-do-estado-de-minas-gerais-pl-3711-2022-2/>

**GRANDE CAPITAL JÁ NÃO QUER “APENAS”
OS JUROS DA DÍVIDA, MAS SE APODERA
DIRETAMENTE DA ARRECADAÇÃO**

CONSIGNADO DE RECURSOS PÚBLICOS

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/securitizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

**ESQUEMA FRAUDULENTO da chamada
“Securitização de Créditos Públicos”
escancara desvio de recursos para bancos
privilegiados**

Tentativa de inclusão do esquema na PEC 23 Interpelação:

<https://auditoriacidada.org.br/acd-envia-interpelacao-extrajudicial-para-alertar-parlamentares-sobre-securitizacao-na-pec-23-2021/> Entrevista TV:

<https://auditoriacidada.org.br/video/tv-democracia-fattorelli-explica-esquema-que-desvia-recursos-publicos-inserido-na-pec-23-2021/>

Securitização de Créditos: ESQUEMA FRAUDULENTO

DESVIO DE RECURSOS ARRECADADOS



DANOS PROVOCADOS PELA CHAMADA "SECURITIZAÇÃO"

- Desvio do dinheiro dos impostos pagos pelo povo, que sequer alcançará os cofres públicos: "alienação fiduciária do fluxo de arrecadação"
- Perda de controle sobre parte crescente da arrecadação tributária: jogada contábil
- Comprometimento do orçamento público, que fica subtraído das receitas desviadas e elevados custos
- Geração ilegal de dívida pública, que é paga por fora do orçamento
- Bancos privilegiados passam a se apoderar diretamente da arrecadação tributária.



<https://bit.ly/3tFiMjZ>

AUDITORIA DA DÍVIDA

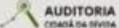
- ✓ Prevista na Constituição Federal de 1988
- ✓ Plebiscito popular ano 2000: mais de seis milhões de votos

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

www.auditoriacidada.org.br

EXIGIMOS AUDITORIA
DE CADA CENTAVO PAGO
COM O NOSSO SACRIFICIO

Com apenas um clique, envie o texto criado pela
ACD para as autoridades e faça a sua parte!



<https://bit.ly/3djrKz>

2 – CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL

2 - CAMPANHA PELO LIMITE DOS JUROS NO BRASIL

- Informes
 1. Proposta transformada em PLP 104/2022
 2. Audiências com o Relator em Brasília e no Estado do Piauí
 3. Aprovação do Requerimento para Audiência Pública na CFT
 4. **NOTA DA CBJP – ADESÕES ATÉ HOJE 07/12/2022 – Acessar o Formulário Google para aderir**
 5. **ACD já enviou carta às entidades sobre preparação de vídeos curtos**
- Site da campanha: <https://bit.ly/3G87DQA>
- Avanços: Nossa proposta legislativa foi aprovada na CLP da Câmara dos Deputados (<https://bit.ly/3fRM8Jm>), e transformada em projeto de lei complementar PLP 104/2022, que se encontra na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados.
- Mobilização:
 - **Carta aos membros da CFT** pela aprovação do PLP 104/2022 pode ser enviada com apenas 1 clique: <https://bit.ly/3EImpCh>
 - **Divulgação da enquete oficial da Câmara dos Deputados** para que possam declarar seu apoio ao PLP 104/2022: <https://bit.ly/3T1wauE>
 - **Participação das entidades apoiadoras na produção de vídeos curtos** referentes aos diversos setores afetados pelos juros altos.
- Materiais da campanha <https://bit.ly/3G9IGEC>
- Entidades que já estão apoiando a campanha <https://bit.ly/3A6Q2Vo> e deliberação sobre apoio financeiro para viabilizar a contratação de profissionais de comunicação.
- **Debate sobre novas sugestões e encaminhamentos para avançar a mobilização.**

3 – Esquema de Securitização de Créditos Públicos e Dívida dos Estados

- Notas Técnicas preparadas pela ACD em apoio às lutas nos Estados de MG <https://bit.ly/3ptz65Q> e RJ <https://bit.ly/3QTokBv>
- Importante mobilização do Núcleo RS: A conta está paga <https://bit.ly/3K2quMQ>
- Avanços do Núcleo-SP na investigação de documentos da CPSEC S/A
- Atuação da ALAGOAS ATIVOS S/A em conjunto com a AL-PREVIDÊNCIA na privatização e utilização de 304 escolas estaduais como fundo garantidor de operações.

4 – CURSO A DISTÂNCIA SOBRE O SISTEMA DA DÍVIDA COM FOCO NA DÍVIDA DOS ESTADOS

NOVA TURMA

Inscrições abertas de 21/11/2022
a 09/01/2023 e início das aulas
em 16/01/2023.

Pedimos apoio para divulgação
e patrocínio de filiados. Mais
informações:

<https://auditoriacidada.org.br/cursos/>

INSCRIÇÕES ABERTAS!

NOVA TURMA DO CURSO A DISTÂNCIA DA ACD

**A DÍVIDA DOS ESTADOS E A
NECESSIDADE DE AUDITORIA**

INSCRIÇÕES: 21/11 A 09/01 AULAS: 16/01 A 30/04

PARA MAIS INFORMAÇÕES ACESSE
[AUDITORIACIDADA.ORG.BR/CURSOS](https://auditoriacidada.org.br/cursos)



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Curso sobre a Dívida dos Estados

escolavirtual.anfip.org.br/course/view.php?id=4

Fale conosco : 0800 701-6167 E-mail : escolavirtual@anfip.org.br

Escola Virtual

Página principal Cursos Primeiros passos Perguntas

A dívida dos estados e a necessidade de auditoria

Página Inicial / Meus cursos / ACD



AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Material de Estudo

Menu

Sumário

Introdução

Unidade 1 >

Unidade 2 >

Aula 5

Aula 6

Aula 7

Aula 8

Unidade 3 >

Unidade 4 >

Referências

Glossário

Versão para Impressão

mercado secundário muito abaixo desse valor corresponde a uma evidente transferência de recursos públicos para o setor financeiro privado que detinha tais títulos.

Ao trocar títulos estaduais desvalorizados por títulos federais – a 100% de seu valor nominal – os detentores daqueles títulos foram altamente beneficiados. Sequer foi considerada a possibilidade de os estados arrematarem tais dívidas em mercado, o que significaria a anulação de expressiva parcela do estoque dessas dívidas.



	MT	801.675.465,33	11.07.99	776.268.937,42	25.406.527,91		193.110.825,75	22.01.99	193.110.825,75	776.268.937,42	973.379.763,17
							4.000.000,00	12.05.04	4.000.000,00		
PA	274.495.064,33	30.03.98	261.160.017,16	13.335.047,17			127.413.674,59	22.01.99	127.413.674,59	261.160.017,16	388.573.691,75
PB	266.313.611,15	31.03.98	244.255.759,02	22.057.852,13					244.255.759,02	244.255.759,02	
PE	143.452.725,28	23.12.97	137.382.613,70	6.070.111,58					137.382.613,70	1.381.921.845,35	
							1.244.539.231,65	27.08.98	1.244.539.231,65		
PI	250.654.937,41	20.01.98	240.522.006,80	10.132.930,61					240.522.006,80	394.873.280,30	
							69.082.818,95	24.02.00	69.082.818,95		
							76.800.611,28	06.09.00	76.800.611,28		
							8.467.843,27	26.11.08	8.467.843,27		
PR	519.944.406,98	31.03.98	462.339.013,75	57.605.393,23					462.339.013,75	5.659.969.457,52	
							2.404.921.473,26	05.03.99	2.404.921.473,26		
							282.442.089,93	05.03.99	282.442.089,93		
							136.751.181,79	16.06.99	136.751.181,79		
							735.008.235,81	01.12.99	735.008.235,81		
							1.638.507.462,98	22.12.99	1.638.507.462,98		
RJ	18.536.808.277,61	29.10.99	15.246.423.172,58	3.290.385.105,03					15.246.423.172,58	15.246.423.172,58	
RN	74.754.494,62	26.11.97	73.961.737,77	792.756,85					73.961.737,77	178.906.730,13	
							100.944.992,36	18.03.99	100.944.992,36		
							4.000.000,00	22.12.99	4.000.000,00		
RO	146.950.101,90	12.02.98	143.677.138,71	3.272.963,19					143.677.138,71	692.876.890,41	
							549.199.751,70	20.05.98	549.199.751,70		
RR	7.247.682,08	25.03.98	6.601.029,01	646.653,07					6.601.029,01	46.580.737,11	

Material de Estudo

Menu

Sumário

Introdução

Unidade 1 >

Unidade 2 >

Aula 5

Aula 6

Aula 7

Aula 8

Unidade 3 >

Unidade 4 >

Referências

Glossário

Versão para Impressão

Menu

Sumário

Introdução

Unidade 1 >

Aula 1

Aula 2

Aula 3

Aula 4

Unidade 2 >

Unidade 3 >

Unidade 4 >

Referências

Glossário

Versão para Impressão

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

1. A financeirização mundial e o Sistema da Dívida
2. O poder do sistema bancário mundial e a desregulamentação financeira
3. Breves considerações sobre as experiências institucionais de auditoria da dívida em outros países (Equador e Grécia), e assessorias técnicas a investigações parlamentares (CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados e CPI da PBH Ativos S/A na Câmara Municipal de Belo Horizonte)

1.2. A Financeirização Mundial e o Sistema da Dívida

A lógica do endividamento dos estados brasileiros está inserida no contexto da financeirização mundial, razão pela qual iniciamos a abordagem do presente curso com breve análise da conjuntura global de **crise financeira**, que afetou fortemente o endividamento público em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, com reflexos para os entes federados.

A compreensão sobre a origem da crise localizada no sistema bancário, que teve como sua principal causa a extrema especulação possibilitada pela emissão desenfreada de "produtos financeiros" devido à falta de regulamentação do funcionamento do sistema financeiro, é fundamental para prevenir o aprofundamento do contágio que já está ocorrendo em nosso país – tanto em âmbito federal como nas esferas estaduais e municipais – devido a mecanismos que vêm sendo criados, como o da "Securitização de Créditos" por exemplo, que estudaremos em aulas seguintes deste curso.

O mais grave é que o risco de transferência da crise não se deve ao simples fato de que "o mundo está globalizado e o contágio é inevitável", como estampam grandes meios de comunicação, mas sim pela adoção de medidas concretas que necessariamente provocarão a importação direta dessa crise. Tais medidas devem ser transparentadas para a sociedade que, ao final, arca com as consequências das crises. O processo de mobilização social consciente poderá contribuir para estancar esse processo.

1.2.1. Crise do Sistema Financeiro

A atual crise financeira deflagrada nos Estados Unidos da América do Norte (EUA) em 2008, logo espalhada por toda

5 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

**Doações podem ser feitas via
PIX 12537204000145
ou
PagSeguro**

<https://auditoriacidada.org.br/doacao/>

6 - APOIO AOS ESTUDOS DO OBSERVATÓRIO DE FINANÇAS E ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA *PADRE THIERRY LINARD*, VINCULADO À COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ (ORGANISMO DA CNBB)

- Participação em grupos de pesquisa.
- Ver minicurso "*Quem financia o Estado e quem se beneficia do gasto público*" Parte I <https://auditoriacidada.org.br/video/minicurso-aula-1-quem-financia-o-estado-e-quem-se-beneficia-com-o-gasto-publico/> e Parte II <https://auditoriacidada.org.br/video/minicurso-aula-2-quem-financia-o-estado-e-quem-se-beneficia-com-o-gasto-publico/>
- Divulgação da cartilha círculos bíblicos "Auditoria da Dívida Pública: vamos fazer?" produzida pela CNBB <https://www.edicoescnbb.com.br/produto/circulos-biblicos-auditoria-da-divida-publica-vamos-fazer--70285>

7 – PEC 32/2022
Breve análise

PEC 32/2022 - "PEC DA TRANSIÇÃO" (Redação Final da CCJ - Senado)

- prevê que o ITCD não incidirá sobre as doações destinadas, no âmbito do Poder Executivo da União, a projetos socioambientais ou aos destinados a mitigar os efeitos das mudanças climáticas, e às Instituições Federais de Ensino.
- Prorroga a DRU por mais um ano, até 31/12/2024. A DRU incide sobre 30% (trinta por cento) da arrecadação da União relativa às contribuições sociais (sem prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral da Previdência Social), às contribuições de intervenção no domínio econômico e às taxas, já instituídas ou que vierem a ser criadas até a referida data.

PEC 32/2022 - "PEC DA TRANSIÇÃO" - Redação Final da CCJ - Senado

Tira do teto de gastos a partir de 2023:

- despesas custeadas com recursos oriundos de organismos multilaterais, destinados a financiar ou garantir projetos de investimento em infraestrutura, constantes de plano integrado de transportes e considerados prioritários por órgão colegiado do setor;
- despesas com projetos socioambientais ou relativos às mudanças climáticas custeadas por recursos de doações, bem como despesas com projetos custeados com recursos decorrentes de acordos judiciais ou extrajudiciais firmados em função de desastres ambientais;
- despesas das instituições federais de ensino e da Fiocruz custeadas por receitas próprias, de doações ou de convênios celebrados com o Poder Público ou entidades privadas;

PEC 32/2022 - "PEC DA TRANSIÇÃO" - Redação Final da CCJ - Senado

Tira do teto de gastos a partir de 2023:

- despesas custeadas por recursos oriundos de transferências dos demais entes da Federação para a União destinados à execução direta de obras e serviços de engenharia.
- despesas com investimentos em montante que corresponda ao excesso de arrecadação de receitas correntes do exercício anterior ao que se refere a lei orçamentária, limitadas a 6,5% (seis inteiros e cinco décimos por cento) do excesso de arrecadação de receitas correntes do exercício de 2021. Essas despesas também não serão consideradas para fins de verificação de meta de resultado primário em 2023.

PEC 32/2022 - "PEC DA TRANSIÇÃO" (Redação Final da CCJ - Senado)

- As contas referentes aos patrimônios acumulados de que trata o § 2º do art. 239 da Constituição Federal (PIS/PASEP), cujos recursos não tenham sido reclamados por prazo superior a vinte anos serão encerradas após o prazo de sessenta dias da publicação de aviso no diário oficial da União, ressalvada reivindicação por eventual interessado legítimo dentro do referido prazo.
- Os valores serão tidos por abandonados, e serão apropriados pelo Tesouro Nacional para realização de despesas de investimento, que não serão computadas no "Teto de Gastos", podendo o interessado reclamar ressarcimento à União no prazo de até cinco anos do encerramento das contas.

PEC 32/2022 - "PEC DA TRANSIÇÃO"

(Redação Final da CCJ - Senado)

- O "Teto de Gastos" fica acrescido em R\$ 145 bilhões para cada exercício financeiro de 2023 e de 2024.
- As despesas decorrentes desse aumento de R\$ 145 bilhões no "Teto de Gastos" não serão consideradas para fins de verificação do cumprimento da meta de resultado primário em 2023 e da Regra de Ouro em 2023 e 2024.
- Para o exercício financeiro de 2023, essa ampliação de R\$ 145 bilhões poderá ser destinada ao atendimento de solicitações da equipe de transição e das comissões permanentes do Congresso Nacional ou de suas Casas.
- Fica o relator-geral do Projeto de Lei Orçamentária de 2023 autorizado a apresentar emendas para essa ampliação.

PEC 32/2022 - "PEC DA TRANSIÇÃO" (Redação Final da CCJ - Senado)

A PRÓXIMA REGRA FISCAL

- Prevê o fim do "Teto de Gastos" quando for sancionado Projeto de Lei Complementar (encaminhado pelo Presidente da República ao Congresso até 31/8/2023) *"com objetivo de instituir regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do país e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico."*

Grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



Spotify.



Google Podcasts

#ÉHORADEVIRARJOGO